

FOLHA DE S.PAULO

Na tentativa de superar crise fiscal, 17 estados preparam privatizações

Para venda, concessão e PPP, há estatais de energia e saneamento, rodovias e até fábrica de camisinha

Katna Baran e
João Valadares

CURITIBA E RECIFE Em grave crise fiscal, com problemas que vão de pagamento de folha de pessoal à manutenção dos serviços públicos básicos, ao menos 17 estados brasileiros planejam vender empresas estatais, passar rodovias para administração privada e formar PPPs (Parceria Público-Privadas) nos mais diversos setores.

O objetivo é gerar liquidez e equilibrar o caixa estatal, atemam os governantes. Também está nos planos a extinção de empresas públicas.

Levantamento da Folha aponta que os três estados da região Sul e São Paulo estão em processo mais avançado.

No Rio Grande do Sul, o governador Eduardo Leite (PSDB) propôs a privatização das companhias de energia, gás e mineração — e as operações foram aprovadas no dia 2 de julho pelos deputados.

O BNDES vai avaliar as empresas e montar a modelagem para os leilões, que deve ficar pronta em um ano.

“Os governos esgotaram a capacidade de investimento depois de anos de aumento de custo da máquina. Resta agora chamar o setor privado para investir”, diz Leite.

Apesar de não citar privatizações em seu plano, o governador catarinense está extinguindo ao menos quatro estatais ligadas às áreas de desenvolvimento, indústria, habitação e até uma corretora.

“São empresas que perderam sua atividade-fim com a criação de outras estatais com atividades semelhantes”, diz o secretário-executivo de PPPs do estado, Ramiro Zinder.

Santa Catarina quer passar adiante — via venda, concessão ou PPP — empreendimentos públicos como o Centro de Eventos de Balneário Camboriú, o Terminal Rodoviário Rita Maria, de Florianópolis, e o Mirante da Serra do Rio do Rastro, em Lauro Muller.

“O poder público não tem condições de absorver tudo, muitas vezes não consegue nem colocar um médico em um hospital, quem dirá fazer a gestão desses locais”, afirma Zinder.

O governo do Paraná quer deixar com o setor privado a gestão de parques, presídios, hospitais e ferrovias. Está em fase de estudos a venda da em-

brado com a União em 2017, quando a estatal foi colocada como garantia para a quitação de um empréstimo de R\$ 2,9 bilhões com o banco BNP Paribas.

A briga é grande na Assembleia Legislativa, e o governo estadual enfrenta resistência para aprovar a privatização, o que tem atrasado o processo. A votação do projeto de lei deve acontecer só em setembro.

Em dezembro, no governo sob a gestão de Luiz Fernando Pezão (MDB), hoje preso pela Lava Jato, os deputados estaduais já haviam proibido a venda da empresa.

Procurado, o governo não detalhou valores previstos com a possível venda, o estágio dos estudos e qual seria a alternativa para uma possível saída, caso não seja aprovada a privatização.

No Centro-Oeste, o cenário é parecido: apesar de a maior parte dos planos girar em torno de concessões, não de privatizações, a meta é transfe-

rir ativos para o setor privado.

Entre os projetos selecionados no Distrito Federal estão a CEB (Companhia Energética de Brasília), a Caesb (Companhia de Saneamento Ambiental) e o metrô, cujo processo de privatização já começou.

Mato Grosso do Sul instituiu um programa para analisar a viabilidade de concessões nas áreas de saneamento básico, infraestrutura de telecomunicação e rodoviária. A companhia de gás será privatizada, e a empresa de saneamento do estado, concedida.

O governo de Reinaldo Azambuja (PSDB) também já concluiu o plano de concessão da rodovia MS-360, que está em fase de audiência e consulta pública.

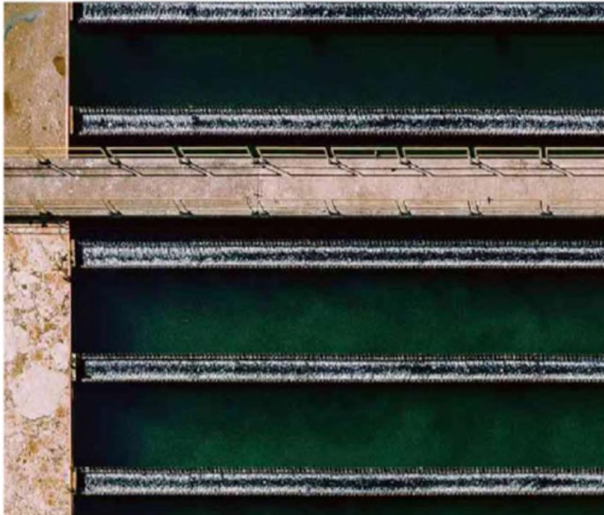
Serão 248 km entregues à iniciativa privada da rodovia que serve para escoamento da produção da região e de integração comercial entre os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Goiás e Minas Gerais.

Em Mato Grosso, já está em estudo a concessão de cerca de 1.200 quilômetros de rodovias estaduais.

A desestatização também está no radar dos estados na região Norte.

No Pará, são quatro contratos. Um é concessão. Trata-se da rodovia PA-150, por onde escoam a produção agrícola.

Os demais são construções da rodovia Liberdade, da Fe-



Projetos

Ao menos 17 governadores querem privatizar rodovias, empresas de geração e distribuição de energia, de saneamento e até fábrica de camisinhas

PRINCIPAIS PROCESSOS

Rio Grande do Sul

Iniciou processo para vender as empresas de energia CRM, Sulgás, CEEE-D (distribuição) e CEEE-G1 (geração); falta aprovação do Legislativo

Santa Catarina

Preende conceder o aeroporto de Chapecó e o centro de eventos de Camboriú; prevê o encerramento de ao menos quatro estatais

Paraná

Estuda alienação da operadora de telecomunicações Copel Telecom e da Compagas (Companhia Paranaense de Gás); aeroportos regionais podem entrar em lote federal de concessões

São Paulo

Edital da concessão rodoviária Piracicaba-Paranama, com 1.273 km de 12 estradas, foi

lançado; vai conceder 23 aeroportos regionais, linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da CPTM, as marginais dos rios Pinheiros e Tietê e o serviço de transporte intermunicipal na Grande SP. Avalia privatizar a Sabesp

Rio de Janeiro

Quer vender a Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos), mas não existe uma previsão oficial do valor a ser arrecadado nem quando a negociação seria executada

Minas Gerais

Foco é privatizar rodovias; serão repassadas à iniciativa privada cerca de 2.500 km de estradas, com arrecadação de R\$ 7 bilhões

Distrito Federal

Avalia vender o Banco de Brasília, o metrô, a CEB (Companhia Energética de Brasília) e a Caesb (Companhia de Saneamento de Brasília)

Acre

Quer vender a fábrica de camisinhas de Xapuri, dois frigoríficos, a indústria florestal Soar Florestas do Juruá e a CDSA (Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais)

presa de fornecimento de gás natural (Compagas) e de internet (Cotel Telecom), subsidiária da estatal de energia.

Para tentar angariar ao menos R\$ 7 bilhões em investimentos, o governo de Minas Gerais pretende transferir à iniciativa privada 2.500 km de rodovias estaduais.

Serão sete lotes de concessões que devem durar de 25 a 30 anos e incluem regiões turísticas como Ouro Preto e São João del-Rei. A expectativa é que os contratos sejam assinados a partir do ano que vem.

"Faz todo sentido no contexto de crise: deixo de gastar com conservação, atraio investimento para outras rodovias fora dos lotes e garanto infraestrutura para os trechos escolhidos", diz o secretário de Transportes e Obras Públicas do estado, Marco Aurélio de Barcelos Silva.

No Rio de Janeiro, a gestão Wilson Witzel (PSC) cogita privatizar a Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos), mas também pondera outros modelos que possam garantir a universalização da distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto.

A Cedae consta do Regime de Recuperação Fiscal cele-

passa (Ferrovia do Pará, como os mais de 1.300 quilômetros) e do Ferrogrão.

Correndo por fora, está a conclusão das obras do trecho da BR-163 entre Sinop (MT) a Miratuba (PA).

A rodovia é considerada importante para atrair negócios privados. Mas, pelo fato de a estrada atravessar áreas de proteção, como terras indígenas, a obra é combatida por ambientalistas.

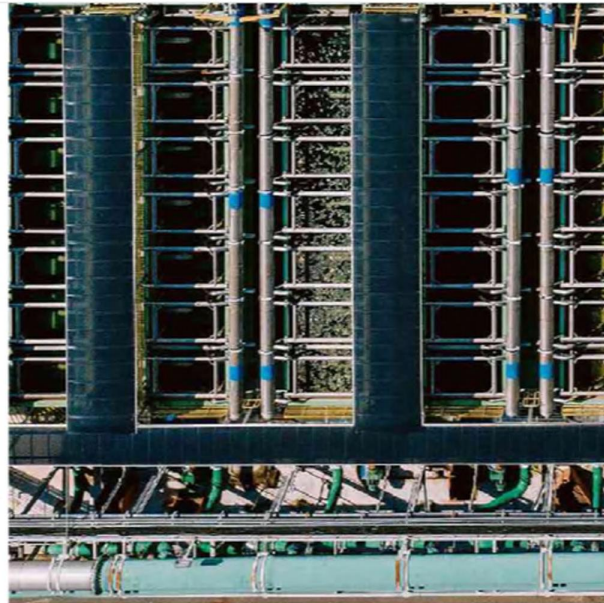
Em Roraima, o governador Antonio Denarium (PSL) é favorável à privatização da empresa de águas e esgotos, que tem dívidas de R\$ 500 milhões.

"Na capital, até está gerando resultados positivos, mas no interior é deficitária", afirma.

Já o governo do Amazonas não tem processos de desestatização em andamento, mas sinalizou interesse em opções como PPPs, concessões e privatizações para setores de infraestrutura e serviços.

O Tocantins estuda concessões de rodovias estaduais e quer vender as ações que possui na Energisa Tocantins, antiga Celtins (Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins). O governo tem hoje 23,3% da companhia.

Continua na pág. 2



Estação de tratamento da Sabesp; estado avalia modelo de privatização Gabriel Cabral/Folhapress

ENTRAVES

Para privatizar, estados precisam formatar modelo de negociação, que envolve estimativa de preço e contrapartidas, além da aprovação das Assembleias Legislativas. Disputas políticas e o detalhamento técnico costumam travar processos

Parcerias público-privadas

Ao menos cinco estados estão com estudos avançados para formação de PPPs em áreas como saneamento, terminais rodoviários e presídios. Alagoas, Mato Grosso do Sul, Piauí, São Paulo e Sergipe apostam nesse modelo

Concessão de rodovias

Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Tocantins têm planos de alienar estradas para economizar nos gastos com manutenção e fazer caixa

Não à privatização

Amazonas, Maranhão, Pernambuco e Paraíba não têm planos de privatização de empresas estatais

Na tentativa de superar crise fiscal, 17 estados preparam privatizações

Continuação da pág. 1

Em contrapartida, grande parte dos estados nordestinos, governados na maioria por opositores ao presidente Jair Bolsonaro (PSL), pretende manter as estatais na iniciativa pública.

Apenas a Bahia, governada por Rui Costa (PT), iniciou processo de privatização.

Sob a gestão do petista, o governo baiano arrematou R\$ 15 milhões no leilão da Empresa Baiana de Alimentos em 2018 e formata a venda ou criação de uma PPP para a Bahia Pesca.

Estão em processo inicial a modelagem de formações de PPPs e concessões em Sergipe —para a gestão do centro de convenções, do terminal pesqueiro e da Ceasa— e Alagoas.

Já os governos de Pernambuco, Maranhão e Paraíba apontam que não há discussões sobre venda de estatais. Rio Grande do Norte e Ceará não deram responderam à Folha.

Colaboraram Monica Prestes, de Manaus; Lucas Rezende, de Vitória; Pablo Rodrigo, de Cuiabá; Franco Adailton, de Salvador; e João Paulo Pires, de Boa Vista

PT no Piauí tem 32 desestatizações; Acre, 11 engatilhadas

MANAUS No Acre, o governo Gladson Cameli (PP) interrompeu um ciclo de 20 anos de gestões petistas e quer se desfazer de várias estatais. Entre elas está a fábrica de caminhão de Xapuri.

O empreendimento foi idealizado na gestão de Jorge Viana (PT), como saída sustentável para o abastecimento nacional de preservativos, mas

teve a produção interrompida, e seu futuro, incerto.

São sete empresas públicas em processo de privatização.

Entre elas estão as centrais pesqueiras Peixes da Amazônia e Juruá Peixes, o complexo florestal Xapuri, que comercializa madeira em toras, e o Dom Porquito —frigorífico fruto de uma parceria público-privada comunitária.

Também estão em processo de desestatização a indústria florestal público-privada Soar Florestas do Juruá e a Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre (CDSA).

Outros três empreendimentos ainda são passíveis de privatização —a AZPES.A. (Administração da Zona de Processamento de Exportação), o complexo industrial florestal de Tarauacá e o frigorífico de peixes Cruzeiro do Sul.

De acordo com o governo do estado, a decisão de privatizar segue "um novo estilo de desenvolvimento" baseado na ideia de que o Estado não deve atuar diretamente como um investidor, mas criar o ambiente ideal para que a iniciativa privada atue e avance.

"O governo entende que algumas áreas podem sim aderir a essa tendência nacional de liberalismo econômico", afirmou, por meio de nota, a diretora da Secretaria de Comunicação do Acre, Mirla Miranda.

"O compromisso do governo do Acre é não interferir, como em governos anteriores, na promoção industrial e tecnológica do setor privado."

No Piauí, a crise fiscal levou o governo de Wellington Dias (PT), que cumpre o quarto mandato, a criar uma "fábrica" de PPPs que rendeu ao esta-



Estamos falando de equipamentos que o estado não tem vocação para gerir, mas o privado tem. Com isso, podemos garantir investimentos na melhoria da infraestrutura existente ou na construção de novas e, consequentemente, melhorar os serviços para a população

Viviane Moura
superintendente
Suparc do Piauí

do o topo no ranking nacional de desestatização: são 32 projetos, 5 deles já contratados.

Só com as nove primeiras transações, o governo do estado estima atrair mais de R\$ 2 bilhões em investimentos.

Os contratos já firmados englobam terminais rodoviários, serviço de saneamento básico, central de abastecimento, ginásio de esportes e o programa de inclusão digital Piauí Conectado, com o desafio de levar internet banda larga para 96 municípios.

Além deles, estão em estudo projetos de PPPs de outros dez empreendimentos.

Entre esses projetos estão o centro de convenções de Teresina, o Piauí Shopping Center Modas, o hotel Serra da Capivara e o terminal turístico de Barra Grande —cujos editais de licitação devem ser divulgados até agosto, com previsão de contratação até outubro.

Há ainda planos para o parque Zoológico, o complexo turístico do litoral, o parque de exposição de Teresina, a central de artesanato Mestre Dezinho e os aeroportos regionais de Parnaíba e São Raimundo Nonato.

"Estamos falando de equipamentos que o estado não tem vocação para gerir, mas o privado tem", afirma Viviane Moura, titular da Suparc (Superintendência de Parcerias e Concessões).

"Com isso, podemos garantir investimentos na melhoria da infraestrutura existente ou na construção de nova e, consequentemente, melhorar os serviços para a população. O estado gera valor para sociedade, garante economia na despesa pública e melhora a infraestrutura." MP

Veículo: Metro1	
Data: 28/07/2019	Caderno: Economia



Economia

Contra crise fiscal, 17 estados preparam privatizações

Estado do Nordeste que tem processo de privatizações mais avançado, Bahia formata a venda ou criação de uma PPP para a Bahia Pesca



Foto: Reprodução/Facebook/Sabesp

Por **Leo Sousa** no dia 28 de Julho de 2019 · 15:30

Ao menos 17 estados brasileiros em crise fiscal planejam fazer privatizações para gerar liquidez e equilibrar o caixa, de acordo com levantamento da Folha.

Com problemas que vão de pagamento de folha de pessoal a manutenção dos serviços públicos básicos, os entes federativos planejam vender empresas estatais, passar rodovias para administração privada e formatar PPPs (Parceria Público-Privadas) nos mais diversos setores.

De acordo com o levantamento, os três estados da região Sul e São Paulo estão em processo mais adiantado.

Estado do Nordeste que tem processo de privatizações mais avançado, a Bahia, sob a gestão de Rui Costa (PT), arrematou R\$ 15 milhões no leilão da Empresa Baiana de Alimentos em 2018 e formata a venda ou criação de uma PPP para a Bahia Pesca.

Só seis estados recuperaram total de empregos formais de 2014

Os dados do Itaú mostram que, em todo o País, o emprego vem se recuperando de forma mais lenta do que a economia. De cada 100 vagas existentes em 2014, apenas 94,5 estão abertas atualmente, na média. Além disso, apenas seis estados recuperaram o total de empregos formais de 2014, ao passo que oito chegaram ao mesmo PIB de cinco anos atrás.

Além do Rio, Pernambuco e Amazonas também perderam mais de 1 de cada 10 empregos que tinham há cinco anos, aponta o Itaú. O primeiro foi prejudicado pelo fim de obras que geraram muitas vagas - como a polêmica Refinaria Abreu e Lima, agora posta à venda pela Petrobras - e o segundo, pelas demissões na Zona Franca de Manaus.

Mesmo nos estados que voltaram ao total de vagas formais de 2014, os índices mostram alta no desemprego, pois os cálculos do Itaú consideram os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), e não a taxa de desocupação.

Indústria em SC

Em grandes empresas de Santa Catarina, como industrial Weg, a crise é tratada como um assunto superado. A fabricante de motores elétricos e outros equipamentos está em fase de aumento de mão de obra após registrar, no 1º trimestre, expansão de 14,9% em receita e o maior lucro em oito anos. Mesmo após ter contratado 1,3 mil pessoas em 2019, a Weg tem hoje 340 vagas.

Segundo o economista José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados, a vantagem catarinense passa pela estruturação de uma indústria com vocação exportadora. "São empresas que podem conseguir tirar vantagem do

acordo entre a UE e o Mercosul (que foi assinado no fim de junho)", diz. Santa Catarina é um dos quatro estados que conseguiram recuperar o total de vagas formais e o nível da economia, ante 2014.

O mercado externo tem peso importante no negócio da empresa catarinense: de cada R\$ 5 que entram no caixa da Weg, quase R\$ 3 vêm de fora do País. Com o câmbio bom para os exportadores e um mercado chinês crescendo a dois dígitos, a companhia tem planos de investir R\$ 530 milhões no Brasil e em outros países - recursos que serão destinados à ampliação e modernização de fábricas. Parte da mão de obra da Weg é treinada dentro de

casa, em um núcleo de capacitação mantido pela empresa a um custo anual de R\$ 23 mil por aluno. Por ano, são formados 200 jovens.

Segundo maior polo econômico do estado, atrás da capital, a cidade de Duque de Caxias, na região metropolitana do Rio de Janeiro, retrata a situação do emprego fluminense. Nos últimos três anos, fechou mais de 27 mil vagas, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. Em 2018, cidades do Rio ligadas à indústria do petróleo reabriram vagas, mas Duque de Caxias fechou mais 4,5 mil postos de trabalho.

Mesmo nos seis estados com melhor desempenho

segundo o Itaú, a taxa de desemprego média do País cresceu nos cinco anos entre o primeiro trimestre de 2014 e março de 2019. A região com os menores índices de desemprego é o Sul, com três estados com taxa abaixo de 10%: Paraná (8,9%), Santa Catarina (7,2%) e Rio Grande do Sul (8%). De acordo com o IBGE, oito estados tinham, em março, taxa de desocupação superior a 15%, metade deles concentrada no Norte (Acre, Amazonas, Roraima e Amapá). Na mesma situação aparecem, no Nordeste, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. No Sudeste (Rio de Janeiro).

LEIA A MATÉRIA NA ÍNTEGRA EM WWW.ATARDE.COM.BR

A TARDE

O jornal de toda Bahia

DADOS No País, atividade econômica está pouco mais de 4 pontos percentuais abaixo do nível que exibiu em 2014

Emprego volta mais devagar que a economia

**FERNANDO SCHELLER,
NAIANA OSCAR
E MARIANA DURÃO**

Estádio Conteúdo, São Paulo e Duque de Caxias (RJ)

O Brasil ainda não conseguiu recuperar o patamar da economia que registrou no pico de atividade antes do início da crise, há cinco anos. Ao redor do País, porém, o desempenho econômico não foi uniforme. O Centro-Oeste e o Sul, segundo o índice Itau para a atividade econômica - que reúne empregos formais, comércio, indústria e agricultura -, foram as duas regiões que atingiram ou superaram o movimento que exibiam em março de 2014. Foi nesse ponto, segundo o banco, que começou a espiral de decadência do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

"As commodities, que abastecem o mercado externo, beneficiaram o Sul e o Centro-Oeste, pois a demanda internacional foi mais alta do que a das atividades que dependem do mercado interno", explica Paula Yamaguti, economista do Itau Unibanco. Nas demais regiões, Norte e Nordeste tiveram desempenho semelhante à média nacional, enquanto o Sudeste ficou na lanterninha. "A indústria foi o indicador com a pior performance nesses anos - e como a maior parte da indústria está em SP, isso puxou o resultado para baixo", diz.



Ritmo de retomada dos postos de trabalho no Brasil tem sido lento, causa de empobrecimento da população

DIFICULDADES ORÇAMENTÁRIAS

Para economista Mendonça de Barros, dificuldades orçamentárias prejudicarão o desempenho de estados como Rio e Minas

Em todo o Brasil, segundo o levantamento do Itau, a economia está pouco mais de 4 pontos percentuais abaixo do nível que exibiu cinco anos atrás. Entre as regiões, a única que, no primeiro trimestre de 2019, superava com folga a atividade de cinco anos atrás foi o Centro-Oeste. Já o Sul ficou no

zero a zero no período (no fim de março, estava 0,25 ponto percentual abaixo do nível de 2014).

O estado de São Paulo, com desempenho abaixo da média nacional, foi prejudicado pelo próprio gigantismo, segundo o economista José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados.

"São Paulo sofre porque concentra a maior parte das indústrias, mas não existe questão estrutural pressionando a economia paulista. Com a aprovação das reformas, há chance real de recuperação", avalia.

Não se pode dizer o mesmo de Minas Gerais e Rio de Janeiro, de acordo com Men-

donça de Barros. "O Rio, em especial, vive a tempestade perfeita, um esfrelamento do sistema regional, algo que vai demorar muito tempo para ser reconstruído".

O Rio de Janeiro, ao lado de Bahia e Sergipe, está entre as economias mais frágeis. Segundo o índice de atividade do Itau, o nível da economia nesses estados está mais de 8 pontos percentuais abaixo do exibido em 2014. O Rio lidera o fechamento de empregos formais no País - de cada 100 postos de trabalho com carteira assinada que o estado concentrava há cinco anos, 13 foram fechados. Os dados vão até março de 2019 e, portanto, já incluem a recente retomada da indústria fluminense de petróleo.

"Tintas políticas"

Para Samuel Pessoa, pesquisador do Ibre/FGV, a situação da economia do Rio tem tintas políticas. Além de citar casos de corrupção no estado, Pessoa lembra que as regras dos governos petistas para a exploração das reservas do pré-sal, que determinaram a Petrobras como operadora principal de todos os campos de produção, prejudicaram a economia fluminense. "Com medo dos gringos, os governos petistas seguraram os leilões do pré-sal. Agora parece que isso vai mudar, mas um efeito mais estruturado para a economia vai vir só daqui a uns cinco anos", assinala.

REGRA DE OURO

Insuficiência em 2020 deve chegar a R\$ 134,1 bi

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

Solucionada em 2019 após a aprovação de um crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões pelo Congresso Nacional, a regra de ouro voltará a registrar insuficiência de recursos em 2020.

Segundo projeções feitas pela equipe do Tesouro Nacional, faltarão R\$ 134,1 bilhões para cumprir a regra no próximo ano.

Originalmente, a insuficiência de recursos somaria R\$ 315 bilhões, mas o governo poderá usar lucros do Banco Central (BC) em 2018 e 2019 e a devolução de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para cobrir parte do rombo.

Ao aprovar o crédito suplementar, o Congresso autorizou o governo a carregar parte do superávit financeiro de anos anteriores para 2019 e 2020.

Ao todo, R\$ 180,9 bilhões serão empregados para abater a insuficiência original, reduzindo o rombo efetivo para R\$ 134,1 bilhões. O Tesouro usará R\$ 141,2 bilhões do lucro BC no primeiro semestre de 2018.

Recursos

Na época, o banco havia lucrado R\$ 150,9 bilhões, mas o governo só usou R\$ 9,7 bilhões até agora para compensar a insuficiência de recursos na regra de ouro.

O Tesouro usará ainda R\$ 9,8 bilhões do lucro estimado do BC no 1º semestre de 2019. Segundo as estimativas da equipe econômica, o BC lucrou R\$ 24,6 bilhões de janeiro a junho, mas o resultado só será divulgado no fim de agosto.

O governo também destinará R\$ 30 bilhões devolvidos pelo BNDES ao Tesouro Nacional no fim de junho para compensar os rombos da regra de ouro.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/07/2019	Caderno: Notícias



Domingo, 28 de Julho de 2019 - 17:40

Previdências nos estados têm rombo de R\$ 1,12 milhão por servidor

por Eduardo Cucolo | Folhapress



Estados e Distrito Federal têm em conjunto uma dívida de R\$ 1,12 milhão com cada um dos servidores incluídos em seus RPPSs (Regimes Próprios de Previdência Social).

O cálculo faz parte do estudo especial da IFI (Instituição Fiscal Independente), do Senado, sobre a situação das previdências estaduais.

O valor se refere ao déficit atuarial das unidades da Federação, que registra a diferença entre receitas e despesas projetadas em prazo mais longos.

Nesse caso, obteve-se um resultado negativo total de R\$ 5,2 trilhões, valor que representa quase nove anos da receita líquida dos entes.

A IFI usou a estimativa informada pelos governos estaduais para a composição do Anuário Estatístico da Previdência Social de 2017, com cálculos que consideram hipóteses e períodos distintos.

Os valores "devem ser interpretados como uma referência mínima, passíveis de subestimação", segundo Josué Pellegrini, diretor da instituição responsável pelo estudo.

O cálculo considera a estimativa do total de compromissos assumidos pela previdência de cada estado junto aos segurados, incluindo inativos e servidores em atividade.

A conta equivale ao gasto projetado do primeiro mês de aposentadoria até o falecimento ou, no caso dos pensionistas, da perda de condição de dependente.

O valor já considera também as contribuições a serem feitas por ativos e inativos ao longo de todo o período coberto pela avaliação atuarial.

Em relação ao resultado financeiro das previdências estaduais, que é a diferença entre receitas e despesas no ano, o mesmo estudo mostra que os estados brasileiros gastam, em média,

cerca de um quarto da sua receita líquida com despesas previdenciárias.

Esse percentual é mais elevado em alguns entes da Federação. No Distrito Federal e em Minas Gerais, está próximo de 33%; no Rio Grande do Sul, em 42%; e no Rio de Janeiro, em 47%.

Se os estados forem incluídos na reforma, considerando as regras apresentadas na primeira versão do projeto do governo Jair Bolsonaro, a economia poderia chegar a R\$ 350,7 bilhões em dez anos, segundo projeção da IFI.

A Câmara votará o segundo turno da reforma em agosto.

Isso representaria uma redução de cerca de 40% no déficit. Ficariam aquém dessa média estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

"Nesses casos, é possível que providências complementares precisassem ser tomadas", segundo Pellegrini.

Estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) do economista Marcelo Caetano, ex-secretário de Previdência de Michel Temer (MDB), calculou em 49% a alíquota previdenciária que deveria ser cobrada de ativos, inativos e pensionistas para equilibrar o sistema entre 2015 e 2050.

Os motivos dos desequilíbrios nas previdências estaduais foram abordados em outro estudo do Ipea, que aponta os fatores do aumento de 50% no déficit de 2006 a 2015, em dados atualizados pela inflação.

Entre as explicações estão o aumento de 38% no número de inativos e de 33% no valor médio dos benefícios.

Hoje, em quatro estados, já há mais inativos do que ativos: Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Entre os rombos mais elevados estão os dois últimos.

Segundo a IFI, são dois entes com despesas elevadas e baixa arrecadação na comparação com os pares.

O Rio de Janeiro é recordista em receitas e despesas, mas a arrecadação é insuficiente para tirar o estado da lista dos piores déficits.

Em São Paulo, segundo a IFI, os indicadores da previdência estadual estão próximos da média do país. Medidas como redução no número de servidores e correção nas contribuições em 2007 e 2008 ajudaram a evitar uma piora mais acelerada nos números.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 29/07/2019	Coluna: Economia



MESMO COM A ECONOMIA FRACA, CARGA TRIBUTÁRIA BATE RECORDE DE 35,07%



29 Julho, 2019

Mesmo com a economia brasileira “andando de lado”, a carga tributária do País atingiu o pico histórico de 35,07% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018 – o equivalente a R\$ 2,39 trilhões. Em média, cada habitante recolheu o equivalente a R\$ 11.494 em impostos. Cada brasileiro precisou trabalhar cerca de 128 dias apenas para quitar os seus compromissos com o pagamento de tributos.

Os cálculos foram feitos pelos economistas José Roberto Afonso e Kleber de Castro, em estudo que antecipa a consolidação dos números da carga tributária do ano passado e busca respostas para entender as razões que levaram a um movimento tão grande de alta justamente num período de crescimento muito baixo da economia.

A expansão do peso dos impostos para empresas e pessoas físicas em 2018 atingiu 1,33 ponto percentual e bateu o recorde anterior, registrado em 2008, de 34,76% do PIB. O avanço é ainda mais impactante pelo fato de representar o maior salto dos últimos 17 anos. A série histórica é de 1947. Os dados foram extraídos de fontes oficiais, registrados nos balanços públicos.

Os dois especialistas se surpreenderam com a magnitude do resultado. Eles fizeram diversas recheçagens e consultas a outros economistas e técnicos do governo diante do tamanho do aumento de um ano para o outro. O resultado encontrado faz suscitar dúvidas sobre a tese aventada nos últimos anos de que teria havido uma quebra estrutural na trajetória crescente de alta da carga tributária.

Após a crise internacional de 2008, o comportamento estrutural da carga foi alterado com relação ao padrão histórico. A tendência expansionista passou a não se verificar. A trajetória nessa fase mais recente foi errática, com períodos de baixa seguidos de outros de expansão, mas em nenhum momento demonstrando o movimento expansivo dos anos anteriores.

De 2008 até 2015, a carga encolheu aproximadamente 1,92% do PIB. Esse quadro, porém, se inverteu a partir de 2016. De 2016 a 2018, houve um avanço dos impostos de 2,23% do PIB – sendo a maior parte no último ano. Segundo José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), os resultados de 2016 e 2017 foram sustentados por fatores atípicos, como os recursos do programa de recursos no exterior e as receitas de royalties do petróleo, que foram puxadas pela trajetória expansiva do preço do petróleo no mercado internacional.

Em 2018, porém, além dos fatores extraordinários, como os royalties do petróleo, observou-se que tributos tradicionais, como Imposto de Renda, PIS/Cofins e ICMS tiveram desempenho atípico para uma fase de baixo crescimento. Se não há motivos ligados à atividade econômica para explicar esse comportamento, o mais razoável apontam os economistas, é assumir que houve uma combinação de recuperação localizada (em alguns setores), com maior esforço de recolhimento pelos governos (aumento de alíquotas, como a dos combustíveis, e fiscalização). Informações do Estadão.

Veículo: Correio*

Data: 27/07/2019

Caderno:

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

miriam leitão



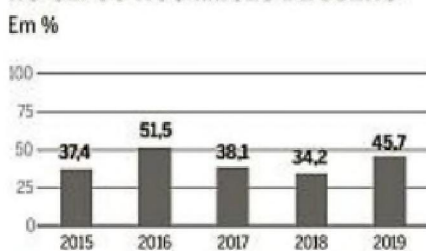
blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O Banco Central deve reduzir a taxa Selic na próxima semana, mas a dúvida é se esse corte terá algum efeito sobre a economia real. A Selic já despencou de 14,25% para 6,5%, mas a reclamação continua grande entre quem precisa pagar empréstimos. O empresário que tem dificuldade de caixa é obrigado a pagar de 2% a 3% ao mês no capital de giro. De um lado, ele vê cair o faturamento, pela fraqueza da economia. De outro, vê subir o custo depois de ir ao banco. Entre os consumidores, a concessão de crédito pessoal disparou 27% no primeiro semestre, o que indica que o desemprego elevado está asfixiando os orçamentos das famílias. Na média, essas linhas ficaram 2,6% mais caras. O cartão de crédito voltou a cobrar 300% ao ano, e o cheque especial nunca ficou abaixo disso. O spread – diferença entre o custo de captação do dinheiro pelos bancos e o quanto eles cobram dos clientes – subiu 5,5% no crédito livre. Os economistas explicam que a recuperação mais frágil elevou o risco para os bancos. Por essa lógica, eles não reduzem as taxas porque a economia não cresce, e a economia não cresce porque não há juros baixos.

NÃO ESTÁ FÁCIL PRA NINGUÉM

Os juros vão cair, mas para quem?

NÍVEL DOS RESERVATÓRIOS NO SE/CO NOS MESES DE JULHO



Fonte: ONS

A consultoria inglesa Oxford Economics revisou para baixo a projeção do PIB de vários países da América Latina este ano. Para o Brasil, a estimativa agora é de apenas 0,5%. De forma geral, o ano de 2019 está sendo ruim para a região. A Argentina deve viver uma recessão de 1,4%, e a Venezuela, uma depressão de 38%

após a crise política que quase levou o país a uma guerra civil. O México deve crescer magros 1%, e até mesmo Chile e Colômbia ficarão abaixo de 3%.

MINHA CASA EM ATRASO

A liberação dos saques ao FGTS não é a única preocupação do setor de construção civil. É que co-

meça a faltar dinheiro para a Faixa 1 do programa Minha Casa Minha Vida. Essa é a linha com os imóveis mais baratos. A margem é pequena, então as empresas ganham na quantidade de apartamentos. Mas todo o planejamento é feito para receber o subsídio rapidamente, dois dias depois do pagamento das maiores despesas. O relato das construtoras é que o repasse da União está demorando até 45 dias. O atraso provoca um efeito em cadeia, atrapalha os fornecedores e frustra os prazos. O subsídio à Faixa 1 custa cerca de R\$ 350 milhões por mês.

PENTE-FINO

O começo da próxima semana será decisivo para o humor das construtoras. Na terça-feira será divulgado o balanço do FGTS de 2018. Com base nesses números, ficará mais claro como o governo vai equilibrar a previsão de saques com o financiamento para a habitação. Já se sabe que

há mais dinheiro disponível do que se esperava no FGTS. Foi o que disse o governo para as empresas. Mas haverá uma atenção especial para o FI-FGTS, que teria uns R\$ 12 bilhões livres.

PRUDÊNCIA NOS SAQUES

O efeito do FGTS sobre a economia pode ser menor do que calcula o governo. Há educadores financeiros recomendando o saque apenas em casos de emergência. Como haverá aumento da rentabilidade do Fundo, o melhor pode ser deixar o dinheiro rendendo para o caso de emergências, como a perda do emprego.

ÁGUA NOS RESERVATÓRIOS

A conta de energia ficará mais cara em agosto. A Aneel acionou a bandeira vermelha porque nesse mês chove pouco e será preciso ligar as usinas térmicas. O mecanismo ajuda a manter a água nos reservatórios das hidrelétricas. No subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o nível subiu mais de 10 pontos em um ano – de 34% para 45% – mas o ONS continua preocupado. Antes da crise hídrica, esses percentuais chegavam facilmente a 70% ou 80%.

POR ÁLVARO GRIBEL E MARCELO LOUREIRO (INTERINOS)

MIRIAM LEITÃO


blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/
O QUE CONTINUA INCERTO É QUANDO TUDO ISSO VAI SE TRANSFORMAR EM GERAÇÃO DE EMPREGO

O nunca antes visto na economia

Juros reais de 2%, idade mínima na Previdência, privatização da BR Distribuidora e quebra do monopólio no setor de gás. Economistas e empresários ouvidos pela coluna têm na ponta da língua uma lista de razões para justificar o otimismo com a recuperação da economia. Eles reconhecem que a atividade do primeiro semestre ficou abaixo do esperado, mas defendem que a equipe do ministro Paulo Guedes está entregando o que prometeu. A Previdência passou em primeiro turno na Câmara com uma margem elevada de votos, e eles consideram como reais as chances de aprovação da reforma tributária. O projeto de autonomia do Banco Central está na fila e pode vir uma onda de privatizações. Na agenda micro, fala-se do Cadastro Po-

sitivo e da nova lei do distrato. Nunca antes se viu tantas medidas em tão pouco tempo. O que continua incerto é quando tudo isso vai se transformar em geração forte de emprego e crescimento econômico. Ninguém sabe dizer.

OS DEGRAUS DA RECUPERAÇÃO

O economista da Órama Alexandre Espírito Santo diz que a recuperação será como subir 10 degraus de escada. A reforma da Previdência são apenas os três primeiros. "Depois, vem a reforma tributária, que garante mais dois, e uma série de medidas, como privatizações, concessões, autonomia do Banco Central. Todo esse processo levará tempo, em uma sociedade que tem pressa, por causa do elevado desemprego,

O grande desafio do governo será administrar essa ansiedade", afirmou. Espírito Santo ressalta que tem visto avanços impensáveis para a sua geração. "Aprovamos uma reforma da Previdência forte, a Petrobras está deixando de ser monopolista, o risco-país despençou, e podemos ter a Selic na casa de 5%. São muitos avanços em pouco tempo", disse.

CUSTO INTANGÍVEL

A recuperação do setor de serviços pode fazer com que a economia cresça 2,5% já no ano que vem, na visão de Alexandre Espírito Santo. O que ele reconhece como difícil de medir é o efeito da incerteza política sobre a recuperação. "O Fla-Flu político tem peso sobre a economia, e o quanto ele atrapalha não há como medir, por melhor que seja o

modelo", afirmou. Ainda assim, ele acredita que a equipe econômica do ministro Paulo Guedes tem conseguido blindar os principais projetos da área.

OTIMISMO E OCIOSIDADE

O empresário Manoel Flores, do grupo Astra, que fabrica materiais de construção, diz que a ociosidade continua elevada nas fábricas, na casa de 40%, e por isso é difícil pensar em investimentos e contratações. Mas ele acredita que a economia está mudando para melhor. "Apesar das dificuldades, estamos crescendo 4% no faturamento em termos nominais este ano. Estamos vendo o governo aprovar uma série de medidas sem fazer alarde. Projetos pequenos, como o fim da taxa da Marinha Mercante para o uso de faróis, coisas que se somam a outros projetos grandes, como a Previdência. Tudo isso me faz manter o otimismo", afirmou.

CAMINHO SEM VOLTA

Na visão do economista Nathan Blanche, sócio da Tendências Consultoria, os sinais são muito fortes de que o país caminha para um novo momento na economia. Ele diz que o protagonismo do Congresso na

condução da reforma da Previdência evitou o pior cenário, que era o de contaminação do projeto a partir da falta de liderança do presidente Bolsonaro: "Felizmente o Congresso percebeu que precisava assumir essa responsabilidade. Vejo uma agenda de corte de gastos, privatizações e mais eficiência que não terá como voltar atrás. Pela primeira vez, estamos desmontando o Estado empresarial que sempre vigorou no país", disse Nathan.

NEGOCIAÇÃO INFLAMÁVEL

No setor de gás, o ex-presidente da Abrace Edvaldo Santana diz que não será fácil cumprir as exigências do Cade para quebrar o monopólio da Petrobras. Outro ponto de dificuldade será convencer os governadores a privatizar as distribuidoras, porque elas dão lucro e ajudam a fortalecer o caixa dos tesouros estaduais. Mas ele acha que a equipe técnica do governo é preparada e há vontade política nessa direção: "Não será simples, mas o governo está preparado. A parte de infraestrutura é mais fácil, no resto vai precisar de muita negociação".

COM ALVARO GRISEL E MARCELO LOUREIRO (INTERINDS). A COLUNISTA ESTÁ DE FÉRIAS.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 29/07/2019	Caderno: Economia e Negócios



Carga tributária bate recorde de 35,07% do PIB, mesmo com a economia fraca

Peso dos impostos para empresas e pessoas físicas em 2018 atingiu o pico de série histórica iniciada em 1947 e deu o maior salto em 17 anos

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

29 de julho de 2019 | 05h00

[Conteúdo Completo](#)

BRASÍLIA - Mesmo com a economia brasileira “andando de lado”, a carga tributária do País atingiu o pico histórico de 35,07% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018 – o equivalente a R\$ 2,39 trilhões. Em média, cada habitante recolheu o equivalente a R\$ 11.494 em impostos. Cada brasileiro precisou trabalhar cerca de 128 dias apenas para quitar os seus compromissos com o pagamento de tributos.

Os cálculos foram feitos pelos economistas José Roberto Afonso e Kleber de Castro, em estudo que antecipa a consolidação dos números da carga tributária do ano passado e busca respostas para entender as razões que levaram a um movimento tão grande de alta justamente num período de crescimento muito baixo da economia.

A expansão do peso dos impostos para empresas e pessoas físicas em 2018 atingiu 1,33 ponto porcentual e bateu o recorde anterior, registrado em 2008, de 34,76% do PIB. O avanço é ainda mais impactante pelo fato de representar o maior salto dos últimos 17 anos. A série histórica é de 1947. Os dados foram extraídos de fontes oficiais, registrados nos balanços públicos.

Os dois especialistas se surpreenderam com a magnitude do resultado. Eles fizeram diversas checagens e consultas a outros economistas e técnicos do governo diante do tamanho do aumento de um ano para o outro. O resultado encontrado faz suscitar dúvidas sobre a tese aventada nos últimos anos de que teria havido uma quebra estrutural na trajetória crescente de alta da carga tributária.

Após a crise internacional de 2008, o comportamento estrutural da carga foi alterado com relação ao padrão histórico. A tendência expansionista passou a não se verificar. A trajetória nessa fase mais recente foi errática, com períodos de baixa seguidos de outros de expansão, mas em nenhum momento demonstrando o movimento expansivo dos anos anteriores.

De 2008 até 2015, a carga encolheu aproximadamente 1,92% do PIB. Esse quadro, porém, se inverteu a partir de 2016. De 2016 a 2018, houve um avanço dos impostos de 2,23% do PIB – sendo a maior parte no último ano. Segundo José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), os resultados de 2016 e 2017 foram sustentados por fatores atípicos, como os recursos do programa de recursos no exterior e as receitas de royalties do petróleo, que foram puxadas pela trajetória expansiva do preço do petróleo no mercado internacional.

Em 2018, porém, além dos fatores extraordinários, como os royalties do petróleo, observou-se que tributos tradicionais, como Imposto de Renda, PIS/Cofins e ICMS tiveram desempenho atípico para uma fase de baixo crescimento. Se não há motivos ligados à atividade econômica para explicar esse comportamento, o mais razoável, apontam os economistas, é assumir que houve uma combinação de recuperação localizada (em alguns setores), com maior esforço de recolhimento pelos governos (aumento de alíquotas, como a dos combustíveis, e fiscalização).

Generalizado

O padrão de crescimento de carga foi disseminado nas três esferas de governo (União, Estados e municípios). Cerca de 65,7% de toda a carga tributária de 2018 é cobrada pela União, que arrecadou quase R\$ 1,57 trilhão – cerca de 23% do PIB do ano passado. O restante foi cobrado pelos Estados, que contribuíram com aproximadamente 27,2% do total (R\$ 650 bilhões), e municípios, com 7,2% (R\$ 172 bilhões).

Para Castro, que é doutor pela Uerj e sócio da Finance Análise e Consultoria, é difícil ainda saber se o salto foi um ponto fora da curva ou se haverá um deslocamento da carga para a sua tendência histórica de crescimento. Ele destaca que o objetivo do estudo foi apresentar uma fotografia recente da carga tributária que possa servir de

subsídio para o desenho de um novo sistema. “Qualquer mudança deveria ter em mente que não seria possível reduzir carga, dada a grande participação de despesas obrigatórias em nosso Orçamento”, diz Afonso, um dos pais da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo ele, as mudanças devem priorizar reformar os tributos indiretos com vistas a mitigar as distorções provocadas na economia pelo sistema atual, cumulatividade, guerra fiscal, oneração de exportações e dos investimentos. “A natureza da nova economia depõe contra a carga tributária alta, como é o caso brasileiro. Não é uma questão de lei, de alíquota, mas sim de base de cálculo, cada vez menor ou mais fugitiva”, prevê o economista.

FOLHA DE S.PAULO

Quem paga os custos da reforma da Previdência?

Dado utilizado para contestar proposta é falso

Carlos Góes

Pesquisador-chefe do Instituto Mercado Popular, ex-assessor econômico especial da Presidência da República (2017-18) e doutorando em economia pela Universidade da Califórnia

Políticos e colunistas têm repetido um número para firmar sua oposição à reforma da Previdência: mais de 80% da economia gerada viria de quem ganha até dois salários mínimos (SM). Em distintos matizes, a utilização desse dado para argumentar uma suposta regressividade da proposta apareceu em comentários de *Ciro Gomes*, *Gleisi Hoffmann* e mesmo em texto que o economista *Thomas Piketty* assinou sobre a reforma. Mas há um problema: o dado é falso.

O erro dessa análise é tomar a parte pelo todo: como a maior parte da economia vem do regime de aposentadoria dos trabalhadores do setor privado (RGPS), em que a aposentadoria média é baixa, conclui-se que ela vem dos mais pobres. Ela ignora que a reforma preserva os benefícios daqueles que recebem menos.

A proposta aprovada pela Câmara retirou do projeto original mudanças previstas no Benefício de Prestação Continuada (BPC), na aposentadoria rural e na aposentadoria por idade que atingiriam precisamente os mais vulneráveis.

Em particular, preservou-se aqueles que recebem um SM, que hoje são 63% do total de aposentados do RGPS. Para os aposentados pelo sistema rural —45% entre os que ganham até dois SM—, nada mudou. Além disso, aumentou-se a progres-

sividade das contribuições previdenciárias, reduzindo-as para quem ganha até quatro SM.

Disso já se depreende que a afirmação de que mais de 80% da economia viria de quem ganha até dois SM, atribuindo-se toda a economia do RGPS a esse grupo, não é verdadeira. Entretanto é possível chegar a uma aproximação mais realista de qual proporção do ajuste recai sobre os mais pobres cruzando as estimativas de economia produzidas pela Instituição Fiscal Independente com os dados do último Anuário Estatístico da Previdência Social.

Aqueles que recebem até dois SM entre os beneficiários assistenciais, pensionistas e aposentados dos regimes geral e próprio da Previdência federal somam 81% do total. Mas os 19% que recebem mais de dois SM arcarão com 56% da economia. Isso deixa claro que houve um esforço deliberado de proteção dos mais vulneráveis, fazendo com que o peso proporcional do ajuste sobre quem ganha mais seja muito maior.

Para entender o caráter progressivo do ajuste é preciso compreender quais decisões protegeram os mais vulneráveis. Beneficiários assistenciais e aposentados rurais, que tendem a vir de famílias mais pobres e mais expostas à informalidade durante seu período ativo no merca-

do de trabalho, foram integralmente poupados. Aposentados por idade, que tendem a ter salários e aposentadorias menores em comparação aos que se aposentam por tempo de contribuição, também são impactados de forma limitada.

A principal mudança da reforma —a imposição de uma idade mínima para aposentadoria— tem impacto muito reduzido sobre quem se aposenta por idade, pois eles já tendem a se aposentar em idade próxima ao limite imposto pela reforma.

Essa realidade de progressividade se torna explícita quando calculada a economia em dez anos, por aposentado, para distintas categorias. A economia per capita para aposentados por idade (R\$ 8.566) é 11% daquela advinda de aposentados do setor público (R\$ 75.693). Para quem recebe até dois SM (R\$ 11.519), é um quinto da gerada por quem recebe mais de dois SM (R\$ 60.462).

Ou seja, os grupos que têm remuneração maior durante sua vida e aposentadorias maiores contribuem com uma proporção substancialmente maior da economia. Por isso, o argumento de que a reforma está pondo o peso do ajuste sobre os ombros dos mais pobres simplesmente não encontra guarida nos dados.

Algumas das objeções da oposição ao projeto original tinham mérito —mudanças no BPC, na aposentadoria rural e no tempo mínimo de contribuição para quem se aposenta por idade prejudicavam os mais vulneráveis. Contudo virtualmente todas essas objeções foram incorporadas ao projeto aprovado pela Câmara, tornando-o socialmente mais justo.

A resistência à reforma da Previdência não se justifica por uma suposta preocupação com os mais pobres. Ao contrário, essa resistência utiliza dados falsos para atingir objetivos políticos que nada têm a ver com a proteção dos mais vulneráveis.

FOLHA DE S.PAULO

Empresários preparam caravanas e memes para defender 'nova CPMF'

Meta é mostrar à população, com exemplos práticos, que todos vão ganhar com o imposto único

Fábio Zanini

SÃO PAULO Após terem lançado a campanha por um imposto único sobre movimentações financeiras, empresários e movimentos sociais agora passam a uma etapa mais complexa, a de mobilizar a sociedade em torno do que seria, no fim das contas, a criação de um novo tributo.

Após a realização de manifestações em defesa da reforma da Previdência, os defensores da ideia dizem acreditar ser possível repetir a dose com outro tema a princípio impopular.

Reunidos em torno do Instituto Brasil 200, eles planejam quatro frentes de atuação: uma espécie de romaria de empresários por diversos estados, ações em redes sociais, mobilizações de rua e contatos no estilo mais tradicional, com partidos e lideranças políticas no Congresso Nacional.

"Comunicação é fundamental a partir de agora", afirma Gabriel Kanner, presidente do instituto, que reúne empresários.

Apoiaram o manifesto, lançado no dia 16 de julho em São Paulo, cerca de 40 entidades. O vice-presidente, Hamilton Mourão, esteve presente no ato.

O fato de a proposta ser chamada pela imprensa e detratada de "nova CPMF", em re-

ferência ao malvisto imposto do cheque, extinto em 2007, torna um pouco mais difícil a tarefa de popularizá-la.

"A CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira] ficou demonizada porque virou um imposto a mais", afirma Kanner.

"O ex-ministro Roberto Campos [icone dos liberais, morto em 2001] dizia que a CPMF era um estupro do imposto único. Nossa proposta é um imposto substitutivo", diz.

Pela proposta do Instituto Brasil 200, o novo tributo viria a substituir todos os existentes atualmente, sejam federais, sejam estaduais, sejam municipais. A alíquota seria de 2,5%, cobrada em cada transação financeira.

Conquistar apoio popular, afirma Kanner, passa por detalhar com exemplos práticos como as pessoas poderão ser beneficiadas com a nova medida.

"Explicar é o nosso grande desafio. Temos de usar casos do dia a dia. Uma pessoa que ganha R\$ 2.000 e gasta R\$ 2.000 recebe na conta de R\$ 1.950", afirma.

Outra estratégia é deixar claro que a criação do imposto único não seria feita de uma única vez, mas ao longo de vários meses, de forma gradual. Segundo Kanner, ampliar o apoio nos setores político,

empresarial e sindical é o foco neste momento.

Na quinta-feira (r^o), um jantar em São Paulo deverá discutir a estratégia para conquistar novas adesões à ideia, além de debater um cronograma nacional de mobilização.

Um primeiro evento já está marcado. No dia 13 de agosto, um encontro em Goiânia pretende reunir empresários e autoridades locais e nacionais.

Será a primeira etapa de uma caravana por diversas capitais, ao ritmo de dois eventos pelo menos por mês.

Os próximos devem ocorrer em Fortaleza, Aracaju, Belo Horizonte, Natal e Porto Alegre.

No front político, o PSL já é considerado um parceiro, com apoio de lideranças importantes, como o senador Flávio Bolsonaro (RJ) e o presidente nacional do partido, Luciano Bivar (PE), autor do projeto sobre o imposto único que tramita na Câmara.

Há ainda conversas com o PRB, partido ao qual é ligado o empresário Flávio Rocha, principal liderança do Brasil 200 e tio de Kanner.

Também já houve contato preliminar com o presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, cujo braço sindical, a UGT (União Geral dos Trabalhadores), é uma das signatárias do manifesto de lançamento da proposta.

Kassab, contudo, não se

comprometeu a apoiar o movimento, ao menos por enquanto.

No governo, até agora não houve um aceno definitivo quanto ao projeto, até porque há outros dois em tramitação no Congresso: um baseado em proposta do C.CiF (Centro de Cidadania Fiscal), que está na Câmara, e outro no Senado, que segue relatório do ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

Nas mídias sociais, a produção de memes e vídeos em defesa do novo imposto será intensificada.

A princípio, isso ocorrerá usando a estrutura de comunicação do próprio Instituto Brasil 200, com quatro "meios" dedicados exclusivamente à causa e produzindo de 12 a 15 peças diárias.

O foco na internet não é por acaso. Do engajamento nas redes sociais depende uma fase considerada estratégica da campanha, a mobilização de rua.

Um dos movimentos surgidos durante as manifestações pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), o Nas Ruas, aderiu ao projeto e participou do lançamento da campanha.

Deve capitanear a mobilização popular, em um ato na avenida Paulista previsto a princípio para setembro.

"Ainda não temos data certa, até para não tirar o foco



“
A CPMF foi demonizada porque era um imposto a mais

Gabriel Kanner
presidente do Instituto Brasil 200

“
O que há de igual e que há de diferente

Antiga CPMF: criada como imposto para a saúde, depois virou tributo geral, com alíquota de 0,38%; foi derrubada em 2007

Nova CPMF: proposta é que seja um imposto único, que substitua todos os de mais, com alíquota de 2,5% para cada transação

da Previdência. Nosso mapeamento de redes diz que já há um grande engajamento com a reforma tributária, que tem sido crescente", afirma Tomé Abduch, um dos líderes do movimento.

Ele diz que o fato de terem assinado o manifesto do imposto único não significa que estejam a princípio descartando as outras possibilidades apresentadas de reforma tributária.

"Queremos ajudar nessa discussão. É um imposto sobre movimentação financeira, não tem nada a ver com CPMF. Dizer que é CPMF parece que é uma coisa negativa, quando na verdade é uma coisa positiva", afirma Abduch.

A ideia é tentar ampliar o número de movimentos envolvidos. Na segunda-feira (22), houve uma reunião da qual participaram grupos pró-Bolsonaro como Direita SP, São Paulo Conservador e Ativistas Independentes.

"Provavelmente podemos aderir, pois defendemos a reforma tributária", afirma Edson Salomão, presidente do Direita SP.

Mas uma decisão sobre engrossar manifestações ainda dependerá de uma avaliação da receptividade do novo imposto nas redes sociais.

Um desafio certo na estratégia de mobilização é o do MBL (Movimento Brasil Livre), que está se distanciando do governo.

"Manifestação de rua em defesa de reforma tributária não faz sentido, e não estamos convencidos sobre a proposta", diz um de seus líderes nacionais, Renan Santos.

Vinícius Torres Freire
O colunista está em férias.

FOLHA DE S.PAULO

FGTS, um disputado cobertor curto

Dinheiro do trabalhador, quem diria, pode ajudar a aquecer a economia

Marcia Dessen

Planejadora financeira CFP ("Certified Financial Planner"), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"

O governo decide, mais uma vez, liberar parte do saldo do FGTS, com a esperança de aquecer a enfraquecida economia, produzindo um sopro no consumo das famílias.

A medida é vista com bons olhos pelos que usam a lente da macroeconomia para fazer a leitura de seu impacto; a equipe econômica espera injetar R\$ 30 bilhões no mercado. Isoladamente, sem as reformas que precisam ser feitas, a chama logo se extingue.

Empresas do ramo da construção civil não apoiam a me-

didada porque receiam que pode faltar recurso para as obras do Minha Casa Minha Vida, considerando que os financiamentos para a compra e a construção das casas usam recursos do FGTS.

Não é possível antecipar como as famílias usarão o dinheiro; consumindo mais, como deseja o governo, pagando dívidas, como desejam as instituições financeiras credoras, ou investindo, mantendo uma reserva financeira, necessária para atravessar períodos difíceis, como o atual.

O trabalhador, dono do dinheiro, deve utilizar os recursos em seu próprio benefício, independentemente dos impactos na economia, e tem, basicamente três opções.

1) Consumo: antes de consumir, deve verificar se existem outras prioridades na fila, não comprar nada por impulso só porque a economia do país precisa da sua contribuição. Adquirir bens ou serviços de primeira necessidade; as vontades podem esperar um pouco mais.

Ultrapassar o limite disponível, contrair dívida ou parcelar

a compra, perigo à vista. A recomendação é gastar somente o que for liberado.

2) Amortizar empréstimo: fazer pequenos pagamentos, amortizando pelo menos parte da dívida, sinaliza ao credor a boa-fé do devedor em relação ao compromisso assumido, abrindo espaço para negociar o montante da dívida.

Se as instituições financeiras percebem a intenção de resolver o problema, tendem a propor uma solução negociada, reduzindo ou perdendo os juros e aumentando o pra-

zo para que as prestações caibam no orçamento do cliente.

3) Investir: se a necessidade de sobrevivência está resolvida, investir é, de longe, a melhor opção. Os recursos depositados no FGTS são miseravelmente remunerados, com juros de apenas 3% ao ano. Menos da metade da taxa básica da economia, bem inferior à remuneração dos depósitos em poupança. Com rendimento abaixo da inflação, entrega ao trabalhador juros reais negativos, corroendo o capital depositado no FGTS ano após ano.

Optar por investir, em detrimento do consumo, demonstra coerência com o objetivo pelo qual o FGTS foi criado, o de permitir acumulação de recursos de longo prazo, formação de uma reserva financeira para aposentadoria, desemprego ou aquisição de casa própria, entre outras motivações.

O raciocínio é o seguinte:

manter o dinheiro aplicado, em segurança, melhorando os rendimentos. Trocar rentabilidade nominal líquida de 3% ao ano por outra cerca de 70% melhor. Investir com baixíssimo risco, rentabilidade boa, liquidez imediata e baixo custo. Que aplicação reúne todos esses atributos? O Tesouro Direto. E não precisa ser rico para ter acesso a essas condições.

O título Tesouro Selic remunera 100% da taxa Selic. Deduzido o custo de investir de 0,25% ao ano (taxa de custódia da B3) e o Imposto de Renda de 15% (prazo superior a dois anos), o retorno do trabalhador sobe para 5,30% ao ano. Bem melhor do que 3%, não é?

O cobertor é curto. Quem optar pelo consumo não amortizará dívidas nem poupará para o futuro. Compete ao trabalhador, dono do dinheiro, escolher o que é melhor para ele.

marcia.dessen@gmail.com

FOLHA DE S.PAULO

Governo Doria quer conceder estradas, trens, balsas e até presídios

Gestão de tucano em SP planeja levantar investimentos com programa de desestatizações e avalia um modelo para a Sabesp

Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO O governo de João Doria (PSDB) também tem um plano de privatizações, concessões e PPPs, que, segundo o tucano, poderá atrair até R\$ 37,6 bilhões em investimentos para o estado.

A privatização da Sabesp, companhia de saneamento que atende hoje 371 dos 645 municípios paulistas, é uma das que estão na pauta, segundo o vice-governador, Rodrigo Garcia (DEM).

"A Sabesp está no grupo das estatais que são ativos valiosos, podem ser vendidos porque despertam interesse do mercado. As empresas que não fazem mais sentido têm sido fechadas", diz Garcia.

Doria fechará até o fim deste ano a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo, a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano e a Companhia de Obras e Serviços.

O governo estadual detém hoje 50,26% das ações da Sabesp, que tem capital aberto. A gestão Doria avalia fazer uma capitalização ou a privatização da empresa.

Tudo depende do novo marco regulatório do saneamento. Se o texto da lei proposta pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e aprovada pelo Senado em junho for mantido, o estado deverá manter participação na companhia. O texto está na Câmara.

"O projeto do Tasso privi-

legia o contrato com empresas públicas, prevê mais uma renovação [dos contratos de programa, que não exigem licitação]. Tem empresa que vai perder o contrato em 2070. Se esse texto ficar, estatal tem força, vamos manter ações da empresa, mas capitalizar e perder o controle", diz Garcia.

Se o projeto for alterado de modo a não permitir a renovação dos contratos de municípios com as empresas estatais de saneamento, a Sabesp será vendida, de acordo com ele. "Se proibir, vamos ter de vender porque aí a estatal não seria mais competitiva."

Na área das concessões, o projeto mais avançado é o do trajeto Piracicaba-Panorama, com 1,273 km de extensão. O edital foi lançado na quarta-feira (24). Serão concedidos trechos de 12 rodovias que passam por 62 municípios.

A concessão prevê 30 anos de contrato e investimentos de R\$ 14 bilhões, dos quais R\$ 1,5 bilhão precisa ser aportado pelo vencedor da licitação nos primeiros dois anos.

Em busca de valores maiores de investimento, o edital prevê uma outorga fixa mínima de R\$ 22 milhões.

Segundo Garcia, o modelo será adotado em outros quatro lotes de estradas que envolvem as rodovias Euclides da Cunha (SP-320), Feliciano Salles da Cunha (SP-310), Assis Chateaubriand (SP-425) e Raposo Tavares (SP-270).

OUTROS PROJETOS

- Concessão de 23 aeroportos regionais, como Campinas, São José dos Campos e Sorocaba
- Construção e concessão do trem intercidades no eixo São Paulo-Campinas-Americana; aporte de R\$ 5,6 bi
- Concessão do Jardim Botânico e do Parque Zoológico de São Paulo; aporte de R\$ 152 mi

Os serviços de manutenção das marginais dos rios Pinheiros e Tietê, na capital, também passarão à iniciativa privada. A operação, contudo, permanecerá a cargo da Prefeitura de São Paulo.

Também está prevista a concessão do serviço de transporte coletivo intermunicipal na região metropolitana de São Paulo. Serão cinco áreas de concessão, com 38 cidades ao todo. O investimento previsto é de R\$ 3,3 bilhões.

Na rede ferroviária, o governo quer conceder as linhas 8-Diamante (São Paulo a Itapevi) e 9-Esmeralda (entre Osasco e Grajaú). As linhas receberiam R\$ 2,5 bilhões de investimentos.

Na linha 9, o governo aportaria R\$ 580 milhões para concluir uma extensão de 4,5 km e a construção de duas estações.

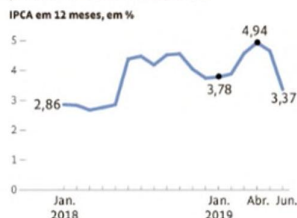
No litoral, oito travessias de balsa serão concedidas. As mais famosas são a que liga Santos a Guarujá e a que conecta São Sebastião e Ilhabela. Também está programada a desestatização do porto de São Sebastião.

Na área das PPPs, o governo estuda passar a gestão interna de presídios a empresas.

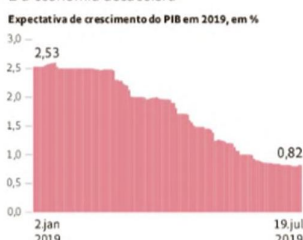
Há dois modelos, o da parceria com ativos existentes e a que envolve a construção de prisões. Nesse último caso, os terrenos seriam disponibilizados pelo estado e o concessionário faria construção e operação dos locais.

FOLHA DE S.PAULO

Inflação brasileira recua para baixo do centro da meta



E a economia desacelera



Investidores passam a apostar em uma queda da Selic



O BC vinha condicionando cortes a aprovação de reformas; com o primeiro aval à Previdência, a expectativa é que a Selic caia nesta quarta



Fontes: IBGE, Boletim Focus do BC e Bloomberg

Analistas projetam início de corte no juro e veem Selic em 5,5% no fim do ano

Com inflação abaixo da meta, Copom pode anunciar queda na taxa básica de juros da economia

Júlia Moura

SÃO PAULO Com economia fraca, inflação abaixo da meta e expectativa de queda de juros americanos e europeus, o mercado financeiro espera em quatro cortes na taxa básica de juros brasileira, de 0,25 ponto percentual, ainda neste ano.

O primeiro deles é esperado para esta quarta-feira (31), na reunião do Copom (Comitê de Política Monetária).

A Selic está em 6,5% ao ano desde março de 2018.

Nas últimas atas, o Copom estabeleceu um avanço concreto da reforma da Previdên-

cia como condição para fornecer estímulos monetários para a economia — ou seja, para reduzir os juros.

Com a aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Previdência em primeiro turno na Câmara dos Deputados no início deste mês, a redução da Selic se torna iminente e quase um consenso no mercado financeiro.

O mercado futuro de juros, que precifica expectativas, já aponta uma taxa básica menor. O contrato de setembro deste ano leva o preço de uma Selic a 6% ao ano.

"A economia está muito fra-

ca, há muita ociosidade. Estímulos são necessários. Sem esse corte, a inflação fica abaixo da meta em 2020", afirma Alberto Ramos, economista-chefe do Goldman Sachs.

A estimativa para a inflação oficial do país, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) está em 3,78% no ano, abaixo da meta de 4,25% definida pelo Banco Central.

Para 2020, a estimativa é de 3,90% contra a meta de 4%.

Em junho, a inflação do país foi menor do ano, em 0,01%.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística), houve deflação em 7 das 16 cidades pesquisadas, até mesmo em São Paulo — em maio, haviam sido apenas duas nessa situação.

Ramos ressalta, no entanto, que apenas cortes na taxa básica não são suficientes para estimular a economia.

"A queda na Selic ajuda na margem, mas não vai salvar a economia. O crescimento não é determinado pelos juros. O BC não consegue entregar crescimento. Caso contrário, não havia país pobre", diz o economista.

Para gerar impacto maior no cenário econômico, há quem

aposte em corte mais incisivo nesta quarta, como o Itaú.

O banco espera corte de 0,5 ponto percentual, seguido por reduções semelhantes nas reuniões de setembro e outubro, com a Selic a 5% antes do fim do ano, patamar que, segundo o Itaú, deve se manter em 2020.

"A aprovação da reforma da Previdência em primeiro turno na Câmara veio forte, com ampla margem de votos e um impacto fiscal maior do que o esperado", afirma Fernando Gonçalves, superintendente de pesquisa econômica do Itaú Unibanco.

Em maio, antes da votação do projeto no plenário da Câmara, o banco previa corte apenas em setembro. A expectativa era que a Selic terminaria o ano em 5,75% ao ano.

O movimento segue a tendência americana e europeia. Com a desaceleração dessas economias, com inflação fraca e dados econômicos nada animadores, os bancos centrais têm adotado postura aberta a estímulo monetário.

Na mesma data, o Fed (banco central americano) divulga sua decisão sobre a taxa básica de juros americana. Por lá, as previsões também indicam um corte de 0,25 ponto. O movimento fortalece o cenário para corte de juros no Brasil, que não ficaria defasado em relação aos Estados Unidos.

Esperava-se o mesmo do BCE (banco central europeu), que frustrou as expectativas do mercado e manteve a taxa de juros inalterada na quinta (25). O banco, porém, abriu margem para um corte de juros nas próximas reuniões.

FOLHA DE S.PAULO

Rombo por servidor estadual nas previdências é de R\$ 1,12 mi

Estudo da IFI mostra relação entre receitas e despesas projetadas em longo prazo

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Estados e Distrito Federal têm em conjunto uma dívida de R\$ 1,12 milhão com cada um dos servidores incluídos em seus RPPSs (Regimes Próprios de Previdência Social).

O cálculo faz parte do estudo especial da IFI (Instituição Fiscal Independente), do Senado, sobre a situação das previdências estaduais.

O valor se refere ao déficit atuarial das unidades da Federação, que registra a diferença entre receitas e despesas projetadas em prazos mais longos.

Nesse caso, obteve-se um resultado negativo total de R\$ 5,2 trilhões, valor que representa quase nove anos da receita líquida dos entes.

A IFI usou a estimativa informada pelos governos estaduais para a composição do Anuário Estatístico da Previdência Social de 2017, com cálculos que consideram hipóteses e períodos distintos.

Os valores "devem ser inter-

pretados como uma referência mínima, passíveis de substituição", segundo Josué Pellegrini, diretor da instituição responsável pelo estudo.

O cálculo considera a estimativa do total de compromissos assumidos pela previdência de cada estado junto aos segurados, incluindo inativos e servidores em atividade.

A conta equivale ao gasto projetado do primeiro mês de aposentadoria até o falecimento ou, no caso dos pensionistas, da perda de condição de dependente.

O valor já considera também as contribuições a serem feitas por ativos e inativos ao longo de todo o período coberto pela avaliação atuarial.

Em relação ao resultado financeiro das previdências estaduais, que é a diferença entre receitas e despesas, o estudo mostra que os estados brasileiros gastam, em média, cerca de 25% da sua receita líquida com as previdências.

Esse percentual é mais elevado em alguns entes da Federação. No Distrito Federal e em Minas Gerais, está próximo de 33%; no Rio Grande

do Sul, em 42%; e no Rio de Janeiro, em 47%.

Se os estados forem incluídos na reforma, considerando as regras apresentadas na primeira versão do projeto do governo Jair Bolsonaro, a economia poderia chegar a R\$ 350,7 bilhões em dez anos, segundo projeção da IFI.

A Câmara votará o segundo turno da reforma em agosto.

Isso representaria uma redução de cerca de 40% no déficit. Ficariam aquém dessa média estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

"Nesses casos, é possível que providências complementares precisassem ser tomadas", segundo Pellegrini.

Estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) do economista Marcelo Caetano, ex-secretário de Previdência de Michel Temer (MDB), calculou em 49% a alíquota previdenciária que deveria ser cobrada de ativos, inativos e pensionistas para equilibrar o sistema entre 2015 e 2050.

Essa é uma tributação equivalente a quase metade de salários ou benefícios.

Os motivos dos desequilíbrios nas previdências estaduais foram abordados em outro estudo do Ipea, que aponta os fatores do aumento de 50% no déficit de 2006 a 2015, em dados atualizados pela inflação.

Entre as explicações estão o aumento de 38% no número de inativos e de 33% no valor médio dos benefícios.

Hoje, já há mais inativos do que ativos em quatro estados: Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Entre os rombos mais elevados estão os dois últimos.

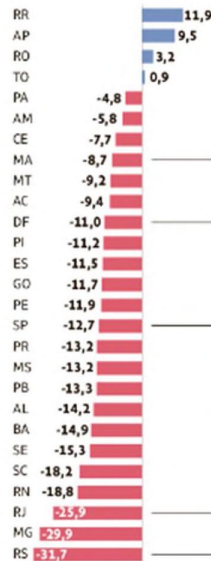
Segundo a IFI, são dois entes com despesas elevadas e baixa arrecadação na comparação com os pares.

O Rio de Janeiro é recordista em receitas e despesas, mas a arrecadação é insuficiente para tirar o estado da lista dos piores déficits.

Em São Paulo, segundo a IFI, os indicadores da previdência estadual estão próximos da média do país. Medidas como redução no número de servidores e correção nas contribuições em 2007 e 2008 ajudaram a evitar uma piora mais acelerada nos números.

Situação da Previdência dos servidores estaduais

Déficit ou superávit em relação à receita líquida Em %



Situação de alguns estados

Roraima: Estados jovens e ex-territórios, Roraima, Amapá, Rondônia e Tocantins são os únicos superavitários e apresentam bons indicadores. Roraima possui o melhor resultado financeiro e atuarial e a maior relação ativos/inativos

Maranhão: 12º na lista da IFI, é o primeiro do Nordeste. Está bem posicionado nos indicadores de déficit e na relação ativos/inativos, mas nas últimas posições nos indicadores de idade média e participação de segurados especiais

Distrito Federal: 11º colocado no ranking geral da IFI, fecha a lista dos estados deficitários que têm indicador geral positivo. Tem déficit financeiro abaixo da média, mas atuarial elevado

São Paulo: 19º no ranking geral. Os indicadores de déficit estão próximos da média. Outros três (ativo/inativo, idade média e segurados especiais) ficam na parte de baixo da tabela

Rio de Janeiro: Último colocado no ranking geral. Terceiro pior em relação a déficits, relação ativos/inativos e segurados especiais. A situação bastante delicada que já levou o estado ao Regime de Recuperação Fiscal

Rio Grande do Sul: Pior déficit financeiro e menor relação ativos/inativos. Penúltima posição no ranking geral. A situação previdenciária é considerada delicada

Previdências estaduais

Déficit atuarial

R\$ 5,2 trilhões é o total

R\$ 1,12 milhão é o valor por segurado

8,6

anos da receita líquida

1,1

é a relação de ativos/inativos

50,7%

é a porcentagem de segurados especiais (professores, policiais e bombeiros)

Fonte: IFI (Instituição Fiscal Independente). Nota Técnica Nº 32/11 jun 19

Veículo: O Globo	Online
Data: 27/07/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Contas públicas têm no semestre menor déficit em 4 anos

Rombo fiscal no período foi de R\$ 28,9 bilhões, segundo dados do Tesouro. Em junho, resultado ficou negativo em R\$ 11,5 bilhões

O Brasil fechou o primeiro semestre com déficit de R \$28,9 bilhões, segundo dados divulgados ontem pelo Tesouro. É o menor rombo para o período desde 2015, quando as despesas superaram as receitas em R \$4,3 bilhões. O balanço é referente ao governo central, formado por Tesouro, Banco Central e Previdência Social. No mês de junho, o rombo foi de R\$ 11,5 bilhões. A meta do governo para este ano é de déficit de R\$ 139 bilhões. Desde janeiro, o Ministério da Economia já precisou segurar mais de R\$ 30 bilhões em gastos não obrigatórios para garantir o cumprimento dessa regra fiscal, já que a previsão de arrecadação de impostos e contribuições tem ficado abaixo do inicialmente projetado. O contingenciamento mais recente foi anunciado esta semana, de R\$ 1,4 bilhão. No início do governo, a meta do ministro da Economia, Paulo Guedes, era zerar o déficit ainda neste ano. De acordo com o relatório do Tesouro, o governo arrecadou R\$ 624,9 bilhões no primeiro semestre. Houve déficit porque as despesas foram maiores, chegando a R\$ 653,8 bilhões. Só na Previdência, gasto mais importante do governo, o semestre fechou com rombo de R\$ 95 bilhões.

CONTRATAÇÕES E REAJUSTES

Segundo o Tesouro, os números melhores estão relacionados principalmente à redução das chamadas despesas discricionárias —gastos não obrigatórios, como compra de equipamentos e manutenção. Na primeira metade do ano, esse tipo de gasto ficou R\$ 13,3 bilhões abaixo do registrado no ano passado. Especificamente em junho, também contribuiu o chamado efeito-base. Em junho do ano passado, houve despesas atípicas, como R \$3,6 bilhões em emendas parlamentares e R \$1,7 bilhão em aumento de capital de estatais. Apesar do resultado melhor em relação ao ano passado, o órgão destacou que o cenário ainda é complicado. Em nota, o Tesouro defendeu a aprovação da reforma da Previdência, mas destacou que a medida não é suficiente para conter o crescimento das despesas: “O processo de ajuste fiscal exigirá cada vez mais uma mudança na dinâmica das despesas obrigatórias, em especial em relação ao crescimento das despesas com aposentadorias e pensões, bem como da folha de pessoal do governo central, com um maior controle na contratação de pessoal e nos reajustes dos vencimentos de funcionários públicos.”

Veículo: O Globo	Online
Data: 27/07/2019	Coluna: Economia

O GLOBO MP do saque do FGTS vai apertar cerco a devedores

Empregador será obrigado a informar débitos com FGTS. Arrecadação crescerá até R\$ 30 bi

Medida provisória já em vigor determina que empregadores informem ao governo débitos com o Fundo para agilizar cobranças.

A medida provisória (MP) que cria duas modalidades de saques do FGTS também traz mecanismos para apertar o cerco a empresas que devem para o Fundo. O texto, editado na última quarta-feira pelo governo e já em vigor, determina que empregadores informem ao governo todos os seus débitos e garante que essa declaração pode ser usada para agilizar cobrança de dívidas. A empresa que não fizera declaração estará sujeita à multa de R \$100 a R \$300 por funcionário. A expectativa da equipe econômica é que o processo agilize o procedimento de fiscalização. No limite, é possível que a arrecadação anual para o fundo, hoje na casa dos R\$ 110 bilhões, aumente em até R\$ 30 bilhões. A mudança pode aumentar a eficiência para cobrar uma fraude recorrente no país. Segundo dados da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), 225 mil empresas estão inscritas na dívida ativa por débitos de FGTS, que somam R\$ 32 bilhões. Esse valor, no entanto, pode ser bem maior. — Esses são valores que foram detectados como não recolhidos. Existe um valor pelo menos iguala esse, talvez um pouco maior, que nem sequer se percebe, que não é recolhido, exatamente pela forma como a gestão de arrecadação e cobrança é feita — explica Igor Vilas Boas de Freitas, diretor do Departamento do FGTS no Ministério da Economia e presidente do Conselho Curador do Fundo, explicando que a estimativa é ainda preliminar.

Hoje, a prestação de contas de forma digital já ocorre para empregadores que usam o eSocial, que unifica 15 declarações que as empresas têm que fazer periodicamente, inclusive do FGTS. Mas o sistema não foi completamente implementado no país— a última fase ficou upara 2020—, e o governo já avisou que fará modificações na plataforma. Na prática, hoje as equipes de fiscalização precisam cruzar dados de várias fontes, como a Caixa Econômica Federal, para identificar inadimplentes. A MP muda isso ao afirmar que as informações declaradas constituem “confissão de débito”. É possível que o sistema usado seja o próprio e-Social, em sua versão modificada, ou uma nova plataforma só para o FGTS. A nova legislação também vale para empregadores domésticos. Segundo Vilas Boas, a previsão de confissão de débito resolverá a dificuldade que existe hoje na constituição do que é devido, um processo longo que pode demorar até cinco anos. Esse tempo é especialmente crítico porque uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) diminuiu o prazo de prescrição de débitos do FGTS de 30 anos para cinco anos. Ou seja, havia risco de que o direito do trabalhador de receber os valores, prescrevessem antes da inscrição em dívida ativa. — Hoje, são mais de 20 mil processos administrativos que rodam anualmente na área de fiscalização de trabalho, só para constituir o crédito. Entre o momento do mês em que é feito o depósito até o momento em que se consegue constituir o crédito, às vezes se passam seis meses, um ano, dois anos. Até inscrever em dívida ativa e iniciar a cobrança judicial, demora muito — explica Vilas Boas. Para o auditor fiscal do trabalho João José do Desterro, coordenador do projeto de FGTS da Superintendência Regional do Trabalho do Rio, a medida dá um amparo legal para o que já era esperado com a implementação completa do e-Social e outros sistemas, como o FGTS Digital, previstos para 2020: — Fazemos um cruzamento dos cadastros para verificar se o que a empresa recolheu é devido ou não, ou se deixou de recolher o valor integral. Isso hoje é feito com o batimento de cadastros. Quando a escrituração digital estiver funcionando, não vamos

precisar fazer esse batimento. Essa autuação poderá ser feita automaticamente, sem precisar da nossa interferência junto à empresa. Esse artigo ratifica o que está no âmbito do e-Social.

MENOS BUROCRACIA

Para começara valer, a legislação ainda precisa ser regulamentada pelo Conselho Curador do FGTS. A expectativa é que a plataforma esteja funcionando no início do ano que vem. Além de facilitara cobrança, o governo promete que a plataforma poderá reduzira burocracia, ao concentrar todas as obrigações em um sistema só. Comisso, o governo também espera que os depósitos sejam feitos mais rapidamente na conta vinculada do trabalhador. Essa mudança, pode, inclusive, estimular que empregados denunciem irregularidades. — Em vez de levar duas semanas, 30 dias, para chegar na conta do trabalhador, o depósito já vai aparecer na tela do celular dois dias depois. O empregado vais e acostumara checar, da mesma forma como faz como salário. Se não aparecer (o depósito) ou aparecer um valora menor, já vai te rum botãozinho lá para acionara fiscalização —acrescenta Vilas Boas. Na avaliação de especialistas, a mudança é uma consequência do e-Social. —Esse artigo vai minimizara fraude de empresas que ficam enrolando o trabalhador. É positivo — afirma Mario Avelino, especialista em Fundo de Garantia. Para Maurício Tanabe, sócio do escritório Campos Mello Advogado, a medida é positiva, mas o governo errou ao propor a mudança por medida provisória: —Ao criar o e- Social e turbinara escrituração digital com relação a suas obrigações trabalhistas, se desburocratiza a contratação de empregados. Entretanto, o governo está fazendo isso por MP, não por lei complementar, que seria correto.

Veículo: O Globo	Online
Data: 29/07/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Conta de ‘restos a pagar’ já é quase um orçamento público paralelo

Adiar pagamentos para os exercícios seguintes é forma de burlar limites legais

O Brasil avança no quinto ano seguido em que a soma das despesas públicas, descontados os gastos com o pagamento de juros da dívida estatal, ultrapassa o total de receitas do governo. Prevê-se para este 2019, gastos de R\$ 139 bilhões acima da arrecadação, fechando-se um ciclo de cinco anos consecutivos de contas no vermelho —aquilo que economistas definem como déficit primário.

Esse grave desequilíbrio deve persistir até 2022, de acordo com as projeções contidas na lei orçamentária em análise no Congresso.

Essa é a dimensão da crise fiscal brasileira. Seus reflexos permeiam todo o Orçamento da União. Um deles está na rubrica “Restos a pagar”, que abriga as despesas com compromisso de utilização previsto, mas que não foram pagas até o último dia de cada exercício fiscal, ou seja, até 31 de dezembro de cada ano.

O saldo de restos a pagar se tornou tão grande que passou a ser quase um orçamento paralelo: soma R\$ 189,5 bilhões, representando um aumento de R\$ 34,1 bilhões (22%) em relação ao ano passado.

Tem sido recorrente. Mais da metade do que se tem efetivamente pago como investimento, nos últimos anos, refere-se à liquidação de despesas da conta de restos a pagar.

No ano passado, por exemplo, o Tesouro Nacional pagou parte de despesas inscritas no Orçamento de 2010. Ou seja, liquidou-se uma conta relativa a projetos que haviam sido aprovados em 2010 — oito anos, ou 96 meses, depois. Esse tipo de atitude foi rotineiro nos últimos anos. Num exemplo, em 2016 aprovou-se um aumento salarial para pagamento naquele ano e nos três exercícios seguintes (até este 2019).

Num orçamento engessado como é o da União, onde quase todas as despesas são programadas, ou “carimbadas” por força de lei, essa contínua expansão de débitos pendentes, os restos a pagar, torna inviável qualquer possibilidade de planejamento e administração eficaz.

A distorção provém de uma brecha na Lei de Responsabilidade Fiscal identificada há tempos por gestões federais, estaduais e municipais. Tem sido manejada por diferentes governos como alternativa de emergência ao engessamento orçamentário num ciclo de grave crise fiscal. Seus efeitos, porém, são deletérios.

A saída está na criação de regras para pagamento das despesas dentro de cada exercício fiscal, com reposição da lógica elementar de administração. Uma oportunidade para tanto está na Lei de Finanças Públicas atualmente em debate na Comissão Mista de Orçamento.

Tribuna

Só Centro-Oeste e Sul recuperam o nível de atividade econômica

O ESTADO DE S. PAULO

O Brasil ainda não conseguiu recuperar o patamar da economia que registrou no pico de atividade antes do início da crise, há cinco anos. Ao redor do País, porém, o desempenho econômico não foi uniforme. O Centro-Oeste e o Sul, segundo o índice Itaú para a atividade econômica – que reúne empregos formais, comércio, indústria e agricultura –, foram as duas regiões que atingiram ou superaram o movimento que exibiam em março de 2014. Foi nesse ponto, segundo o banco, que começou a espiral de decadência

do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. “As commodities, que abastecem o mercado externo, beneficiaram o Sul e o Centro-Oeste, pois a demanda internacional foi mais alta do que a das atividades que dependem do mercado interno”, explica Paula Yamaguti, economista do Itaú Unibanco. Nas demais regiões, Norte e Nordeste tiveram desempenho semelhante à média nacional, enquanto o Sudeste ficou na lanterninha. “A indústria foi o indicador com a pior performance nesses anos – e como a maior parte da indústria está em São Paulo, isso puxou o resultado para baixo”, ela diz. Em todo o

Brasil, segundo o levantamento do Itaú, a economia está pouco mais de 4 pontos percentuais abaixo do nível que exibiu cinco anos atrás. Entre as regiões (ver mapa acima), a única que, no primeiro trimestre de 2019, superava com folga a atividade de cinco anos atrás foi o Centro-Oeste. Já o Sul ficou no zero a zero no período (no fim de março, estava 0,25 ponto percentual abaixo do nível de 2014).

O Estado de São Paulo, com desempenho abaixo da média nacional, foi prejudicado pelo próprio gigantismo, segundo o economista José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados. “

Tribuna

Governo precisa superar 'sinais contraditórios', diz Parente

RENATO ANDRADE

Pedro Parente não vive mais em Brasília como nos tempos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), no qual chefiou Casa Civil, Planejamento e Minas e Energia. Nem como quando esteve à frente da Petrobras, no governo Michel Temer (2016-2018), da qual se afastou após a greve dos caminhoneiros por causa do preço do diesel. Mas o atual presidente do Conselho de Administração da gigante BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão, segue atento aos movimentos da capital federal. O executivo adverte que o caminho traçado pela equipe econômica do governo Jair Bolsonaro pode gerar resultados, mas avalia que o governo precisa firmar o compromisso com essa trajetória diariamente. Para que agentes econômicos tenham confiança para voltar a investir, alerta, os sinais contraditórios que são emitidos a toda hora precisam cessar. Para ele, há um consenso sobre a necessidade de reformas, mas a tributária enfrentará mais dificuldades do que a reforma da Previdência.

Sobre a dificuldade da retomada da economia se

concretizar, disse ele:

- Ainda existe uma dose de incerteza latente. Existe por parte da área econômica uma linha bastante clara e definida. Mas o governo, como um todo, lança sinais contraditórios. As pessoas e as empresas estão com muita vontade de acreditar, mas ainda não conseguem acreditar 100%. É preciso a confirmação do comportamento virtuoso do governo para os agentes econômicos se lançarem numa linha maior de investimentos.

Ele alertou que existe um excesso de expectativa em relação ao efeito da reforma Previdência sobre o crescimento do país:

- Existe, sim, esse risco. Mas não dá para rejeitar a importância da reforma da Previdência. Ela é fundamental para o país. A gente caminha para a inviabilidade do sistema. Agora, deixar estados e municípios de fora dessa reforma é um aspecto muito ruim. Ela poderia ter um impacto muito maior se eles já pudessem estar dentro. Não vamos esquecer: isso vai exigir processos semelhantes a esse que estamos vendo, com a diferença de que nos estados (o Legislativo) é unicameral.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 27 e 28/07/2019	Página: 06

Tribuna

Paulo Guedes volta a defender regime de capitalização na reforma da Previdência

AGÊNCIA BRASIL

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu ontem a inclusão do modelo de capitalização na reforma da Previdência, que está em tramitação no Congresso Nacional. Em palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro, Guedes lembrou que a decisão de incluir essa possibilidade na reforma é do Congresso.

“Se [o Congresso] aprovar que não há capitalização, não há capitalização. Se tivermos a possibilidade de oferecer essa solução, ofereceremos.”

Ao argumentar a favor da capitalização, ele defendeu que “ninguém seria deixado para trás” com o modelo, porque a renda de quem não conseguisse contribuir o suficiente para se aposentar com um salário mínimo po-

deria ser complementada de forma solidária.

O ministro demonstrou confiança na aprovação da reforma da Previdência no Congresso Nacional, elogiando o trabalho do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, na condução do trâmite até a aprovação em 1º turno.

“O presidente do Senado vai fazer um belo trabalho também. Estou seguro disso”, explicou o ministro, que destacou o acordo entre o Mercosul e a União Europeia e o leilão dos excedentes da cessão onerosa como medidas já encaminhadas que trarão benefícios à economia.

Em sua fala, o ministro comparou a liberação do saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) durante o governo Michel Temer e o proposto por sua equipe. Ele destacou que dessa vez a medida beneficiará até 100 milhões de pes-

soas e permitirá que pessoas mais pobres possam ter um salário extra todo ano.

“Vai ser como um 14º salário para quem tem salário mais baixo”, explicou ele, ponderando que as limitações para o saque protegem a construção civil.

Guedes palestrou durante cerca de uma hora e meia para uma plateia que contava com empresários e presidentes de instituições estatais como a Petrobras, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Banco do Brasil. O ministro fez um panorama da história econômica do Brasil nas últimas décadas e apontou o crescimento descontrolado de gastos públicos como um problema que não foi enfrentado ao longo dos anos, nem após a redemocratização, quando ele avalia que o Estado deveria ter sido descentralizado.

Tribuna

12,7 milhões perdem direito ao PIS/Pasep

GABRIEL GUEDES

O abono salarial do PIS (Programa de Integração Social) e do Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), pago a trabalhadores da iniciativa privada e a servidores, respectivamente, tem seus dias contados para 12,7 milhões de brasileiros após a aprovação da reforma da Previdência em primeiro turno no plenário da Câmara.

Mesmo após cobranças e negociações sobre a redução da abrangência do benefício – que originalmente passaria de dois salários mínimos para um – na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 6/2019), o relatório de Samuel Moreira (PSDB-SP) tirou o abono de milhões de trabalhadores, embora tenha suavizado o desejo do governo.

O texto original apresentado por Jair Bolsonaro (PSL) ao Congresso previa pagamento do PIS e do Pasep somente a quem recebe até um salário mínimo (R\$ 998), e o parecer do relator elevou essa cifra a R\$ 1.364,43, cerca de 1,3 salário mínimo.

Ainda assim, a mudança prevista no projeto de reforma, que voltará ser discutido após o recesso parlamentar, impacta diretamente a vida de 54% dos 23,7 milhões de beneficiários do abono, tirando seu direito a receber até um salário mínimo.

A matéria aprovada no primeiro turno do plenário da Câmara precisa passar ainda por uma votação em segundo turno na Casa, além de mais uma Comissão de

de mais uma Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e dois turnos de votação no plenário do Senado.

Se o trecho que diz respeito ao PIS/Pasep não for alterado, o abono hoje pago a quem recebe até dois salários mínimos passará a abranger apenas quem recebe até R\$ 1.364,43, o que reúne somente 46% do total de beneficiários. O valor foi definido com base no critério constitucional que define o conceito de baixa renda.

Os cálculos da redução do abono salarial foram feitos pelo economista Daniel Ferrer, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a pedido da Federação dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica do Estado de São Paulo.

O levantamento aponta que em estados com salários mínimos próprios a exclusão de beneficiários pode ser ainda maior; em São Paulo, por exemplo, poderia ultrapassar 70%. A mudança no PIS/Pasep foi alvo de destaque do PSOL, partido de oposição que busca manter as regras atuais do abono, mas o plenário aprovou, por 326 a 164 votos, as novas regras propostas no parecer do relator da proposta na comissão especial, derrubando o destaque. Segundo dados do Ministério da Economia, a mudança no pagamento do abono deve gerar economia de R\$ 76,4 bilhões em 10 anos, e a reforma da Previdência pouparia R\$ 933,5 bilhões. De acordo com as regras atuais, o benefício é pago ao trabalhador inscrito no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos, que tenha trabalhado formalmente por pelo menos 30 dias ao longo de 2018 com remuneração mensal média de até dois salários mínimos.

Tribuna

Preço dos combustíveis dispara novamente

Em alguns postos, o aumento chegou a 76 centavos o litro de um dia para o outro. Consumidores é que não gostaram nem um pouco

CLEUSA DUARTE
REPÓRTER

Comprar combustível em Salvador está se tornando um verdadeiro jogo de sorte. Depois da imprensa anunciar valores que chegavam a R\$ 3,89 para gasolina e R\$ 2,89 para o etanol, os preços dispararam mais uma vez. Em alguns postos o aumento chegou a 76 centavos de um dia para o outro. Para o presidente do Sindicompostos – BA, Walter Tannus era inevitável que ocorresse essa correção.

"Não havia lógica em manter aquela baixa. Os preços vinham reduzindo e nos últimos dez dias ficaram insustentáveis. Não havia explicação a não ser a concorrência. Alguns postos queriam atrair clientes e baixaram, os outros reduziram também. Mas a margem de lucro ficou fora da realidade.", disse Tannus e em seguida acrescentou "os donos de postos precisam pagar a mão

de obra e comprar, repor os produtos, além disso a maioria da clientela paga com cartão de crédito. Só neste pagamento perdemos muito do nosso lucro".

Tannus também salientou que a própria imprensa questionou os valores baixos "recebi muitos telefonemas de jornalistas dizendo que a gasolina estava baixa. Então é porque a imprensa sabia, que aquele valor não podia ser mantido."

Mas os consumidores não gostaram nenhum pouco de acordar com os valores totalmente diferentes. "Não temos mais como nos organizar. Fazemos um planejamento de mês e no outro dia acordamos com os combustíveis mais caros. Qualquer centavo a mais no valor do litro já distorce o orçamento", disse o engenheiro Renato Vitor, que abastece seu carro na tarde de ontem, em um posto da Pituba. Ele ainda brincou "ontem, minha esposa conseguiu abastecer com gasolina por R\$ 3,85 e hoje já está custando R\$ 4,55. Ela deu sorte e eu azar." No posto da Petrobrás, da



SURPRESA

Em alguns lugares era possível abastecer por R\$ 3,89 o litro do combustível

Djalma Dutra, valor chega a R\$ 4,59.

Já Sandra Richard, quando identificou, que os valores estavam baixos não perdeu tempo e além

de abastecer o seu carro também avisou os três filhos e o marido. "Abastecemos todos os carros lá em casa, mas avisei uma amiga para colocar e ela foi

no posto e me ligou reclamando dos valores. Incrível, de um dia para o outro amanhecemos com os preços bem maiores. O tanque baixa e lá vamos pagar

mais pelos combustíveis." Questionou.

Desavisado, o estudante de engenharia Andre Gomes acordou cedo para ir a faculdade e separou em dinheiro o valor para colocar o combustível. "Quando vi que estava mais cara a gasolina tive que colocar menos combustível. O desconto em dinheiro também foi cortado, então o jeito foi se conformar. Fazer o que não é!"

Nesta gangorra de preços, o consumidor fica vulnerável e sem poder se programar financeiramente. Se for viajar pode ter surpresas no meio do caminho. "Nós sempre gostamos de viajar de carro. Temos uma neta no Rio e costumamos descer dirigindo. Agora é preciso contar com estes imprevistos. Se for pegar a estrada, tem que se prevenir e dar uma margem de folga no dinheiro dos combustíveis". Reflete Renato Vitor, que também possui parentes no sul do país. "E assim vai repassando se for de avião e subirem os combustíveis os valores também serão repassados.", constatou.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 29/07/2019	Página: 02

Tribuna

Contas

As contas das eleições de 2018 do PRB (Partido Republicano Brasileiro) na Bahia foram rejeitadas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que aponta ter identificado aplicação irregular de recursos do fundo especial para campanhas, determinando a devolução de R\$ 317.955,61 aos cofres públicos. O valor a ser devolvido é equivalente a 31% de tudo o que as campanhas do PRB gastaram.

Gasto

Mesmo tendo optado por alugar, a um custo de R\$ 23,3 milhões ao ano, um novo prédio para abrigar sua sede, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai precisar continuar utilizando as instalações de um imóvel de cinco andares cedido pela União, na região central de Brasília. O gasto estimado para manter o local é de R\$ 2,4 milhões ao ano. É verdadeiramente curioso o custo de serviços públicos no Brasil.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Economia
Data: 29/07/2019	Página: --

Tribuna

Setor público tem déficit primário de R\$ 12,706 bi em junho

O resultado representa o menor déficit para o mês desde junho de 2016, quando houve déficit de R\$ 10,061 bilhões

Tribuna da Bahia, Salvador

29/07/2019 11:13 | Atualizado há 9 minutos

O setor público consolidado (governo central, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) apresentou déficit primário de R\$ 12,706 bilhões em junho, informou nesta segunda-feira, 29, o Banco Central (BC). O resultado representa o menor déficit para o mês desde junho de 2016, quando houve déficit de R\$ 10,061 bilhões. Em maio, havia sido registrado déficit de R\$ 13,008 bilhões.

PUBLICIDADE

O resultado primário consolidado do mês passado ficou dentro do intervalo das estimativas de analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast, que iam de déficit de R\$ 15 bilhões a déficit de R\$ 6 bilhões. A mediana estava negativa em R\$ 11,1 bilhões.

O resultado fiscal de junho foi composto por um déficit de R\$ 12,212 bilhões do governo central (Tesouro, Banco Central e INSS). Já os governos regionais (Estados e municípios) influenciaram negativamente o resultado com R\$ 55 milhões no mês. Enquanto os Estados registraram um superávit de R\$ 87 milhões, os municípios tiveram resultado negativo de R\$ 143 milhões. As empresas estatais registraram déficit primário de R\$ 439 milhões.

A meta de déficit primário do setor público consolidado considerada pelo governo é de R\$ 132,0 bilhões para 2019. No caso do governo central, a meta é um déficit de R\$ 139,0 bilhões.

Primeiro semestre

As contas do setor público acumularam um déficit primário de R\$ 5,740 bilhões no primeiro semestre, o equivalente a 0,16% do Produto Interno Bruto (PIB), informou o Banco Central.

O déficit fiscal no primeiro semestre ocorreu em função do superávit de R\$ 24,674 bilhões do governo central (0,71% do PIB) Os governos regionais (Estados e municípios) apresentaram um superávit de R\$ 19,077 bilhões (0,55% do PIB) no período. Enquanto os Estados registraram um superávit de R\$ 17,519 bilhões, os municípios tiveram um saldo positivo de R\$ 1,558 bilhão. As empresas estatais registraram um resultado negativo de R\$ 143 milhões no período.

Acumulado em 12 meses

As contas do setor público acumulam um déficit primário de R\$ 99,574 bilhões em 12 meses até junho, o equivalente a 1,42% do PIB, informou o Banco Central. Este é o menor déficit primário mensal ante o PIB desde abril deste ano (1,38%).

A meta de déficit primário do setor público consolidado considerada pelo governo é de R\$ 132,0 bilhões para 2019.

O déficit fiscal nos 12 meses encerrados em junho pode ser atribuído ao rombo de R\$ 112,124 bilhões do governo central (1,60% do PIB). Os governos regionais (Estados e municípios) apresentaram um superávit de R\$ 9,355 bilhões (0,13% do PIB) em 12 meses até junho. Enquanto os Estados registraram um superávit de R\$ 12,393 bilhões, os municípios tiveram um saldo negativo de R\$ 3,038 bilhões. As empresas estatais registraram um resultado positivo de R\$ 3,195 bilhões no período.

29/07/2019 - 05:00

Conselho afasta tributação sobre aluguel de veículos

Por **Beatriz Olivon**

A Telemont, empresa que presta serviços nas áreas de telecomunicações e energia, conseguiu no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre valores de aluguel de veículos de funcionários ou de terceiros para uso deles e de combustíveis. A decisão é da 2ª Turma da Câmara Superior e diverge de entendimento adotado em 2017.

O julgamento foi definido por maioria de votos - cinco a três. As provas foram importantes para o convencimento dos conselheiros. No precedente de 2017, a falta de comprovação das despesas foi determinante para a manutenção da autuação fiscal.

No caso da Telemont, a Receita Federal exigia contribuição patronal sobre a folha de salários dos anos de 2010 a 2012. A fiscalização apontou recolhimentos menores por entender que deveriam ter sido lançados valores de aluguel de veículos e despesas com combustíveis (processo nº 15504.725362/2015-06).

No processo, a empresa apresentou documentos para comprovar que os valores pagos pela locação de veículos decorrem de contratos de natureza civil e que o combustível foi fornecido por meio de cartão de abastecimento, com montantes estipulados por meio das rotas definidas para os funcionários.

Na época da autuação, a companhia tinha uma frota de 12 mil veículos locados, entre alugados e de empregados, segundo o advogado que a representou no Carf, Alessandro Mendes Cardoso, do escritório Rolim, Viotti & Leite Campos Advogados.

Para a Receita, os valores de aluguel têm caráter remuneratório e não seria possível a locação de veículos dos próprios empregados por causa da subordinação existente na relação trabalhista. Alegou ainda a inexistência de comprovação das despesas de ressarcimento aos empregados com os carros.

A decisão da Câmara Superior manteve o entendimento da 1ª Turma da 4ª Câmara da 2ª Seção de que o pagamento, via cartão específico, de valores para abastecimento vinculado à realização de serviço não configura salário indireto. E ponderou que os veículos alugados são utilizados para a prestação de serviços e devidamente adaptados à necessidade operacional da empresa - para carregar escadas, por exemplo.

O advogado destaca que, para o Carf, se ficar demonstrada a eficácia dos contratos, "não é necessário exigir provas do caráter ressarcitório dos pagamentos". No caso do combustível, acrescenta, foi demonstrado se tratar de fornecimento para o trabalho e não pelo trabalho. "Os empregados que têm o contrato de locação têm o mesmo salário dos que trabalham em carros alugados de locadoras e a mesma função", diz.

De acordo com Alessandro Mendes Cardoso, a empresa conseguiu demonstrar no Carf que não existia vinculação entre contrato de trabalho e aluguel dos veículos ou pagamento de combustíveis. "Nosso caso se diferencia do precedente de 2017 pelo conjunto probatório", afirma.



*Advogado Alessandro Mendes Cardoso:
"Nosso caso se diferencia do precedente de 2017 pelo conjunto probatório"*

Em 2017, o entendimento da Câmara Superior foi o de que os valores desembolsados pela empresa para ressarcir trabalhadores pelos gastos com o aluguel de automóveis têm natureza salarial. A decisão indicou que a configuração do caráter indenizatório depende da comprovação efetiva de que as verbas se destinaram a compensar os gastos efetuados pelo empregado.

Em nota ao **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que a decisão não alterou a jurisprudência majoritária do Carf sobre o assunto, mas se ateu à especificidade do caso julgado, no qual foram comprovadas as despesas discutidas. O órgão não respondeu se irá apresentar embargos de declaração para pedir esclarecimentos. "Quanto à medida a ser adotada pela Fazenda Nacional em face da decisão, ela só poderá ser avaliada após a intimação do acórdão", diz na nota.

29/07/2019 - 05:00

Empresa em recuperação consegue liberar bens penhorados pelo Fisco

Por Joice Bacelo

Uma empresa em recuperação judicial conseguiu liberar bens penhorados pela Fazenda Nacional antes do início do processo de recuperação. A decisão foi proferida pela 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro e chancelada, recentemente, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Decisões nesse sentido são pouco comuns, segundo advogados, e se prevalecerem podem dar fôlego para as companhias em crise continuarem no mercado. Até agora se tinha notícias de um único caso, de 2016, em favor de uma empresa de São Paulo.

A situação da companhia do Rio de Janeiro era crítica. Praticamente todo o seu estoque de matéria-prima estava retido para o pagamento de dívidas tributárias e se a penhora fosse mantida ela dificilmente sobreviveria. "A mercadoria era necessária para o giro da empresa", diz a advogada Juliana Bumachar, sócia do Bumachar Advogados Associados e representante da companhia no processo.

A advogada detalha que a empresa, quando entrou com o pedido de recuperação, apresentou liminar para aderir ao parcelamento oferecido pelo Fisco para as companhias em crise - que tem base na Lei nº 13.043, de 2014, e permite o pagamento da dívida em até 84 parcelas - e, paralelamente, pediu ao juiz que liberasse a penhora dos seus bens.

"Não é que ela não quisesse pagar a dívida. Ela queria. Mas o Fisco não permite a adesão ao parcelamento sem a garantia", contextualiza Juliana Bumachar.

O juiz da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, onde tramita o processo de recuperação judicial da companhia, atendeu o pedido e enviou ofício comunicando a decisão para a 3ª Vara de Execuções Fiscais da Justiça Federal - onde corre o processo da Fazenda Nacional contra a empresa devedora.

Esse caso foi levado ao STJ por meio de um conflito de competência (CC 159998). Isso porque o juiz federal entendeu diferente do juiz da recuperação judicial e determinou que os bens continuassem retidos. "Como a penhora de bens se deu em momento anterior à notícia de recuperação judicial, a constrição deverá ser mantida", havia afirmado na decisão a juíza Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva.

A 2ª Seção do STJ, que julgou o conflito de competência, entendeu, no entanto, que não caberia à Justiça Federal, mas sim ao juiz que trata da recuperação judicial definir sobre atos de constrição e expropriação de bens do patrimônio da empresa.

"Muito embora a execução deva prosseguir, compete ao juízo da recuperação melhor avaliar como a expropriação patrimonial deverá ser efetivada, salvaguardando assim o escopo da preservação da empresa contido na Lei nº 11.101", afirma o ministro Marco Buzzi, relator do caso. O entendimento foi seguido de forma unânime pelos demais integrantes da 2ª Seção.

O caso envolvendo a empresa de São Paulo, que teve decisão proferida em 2016, é um pouco diferente. A Fazenda Nacional havia leiloado imóveis da devedora e precisou liberar o dinheiro decorrente da arrematação - que já estava depositado na conta da execução fiscal. A determinação foi do juiz da recuperação judicial, da 4ª Vara de Piracicaba.



Advogada Juliana Bumachar: Fisco não permite adesão a parcelamento para empresas em recuperação sem garantia

Ele entendeu que o montante deveria ser destinado ao pagamento de credores trabalhistas. Isso porque, na hipótese de a companhia ir à falência, os trabalhadores teriam preferência em relação ao Fisco para o recebimento.

Esse caso também foi levado ao STJ por meio de um conflito de competência (CC nº 144.157), em razão de decisões divergentes da Justiça do Estado e da Justiça Federal. A penhora de imóveis da devedora havia sido autorizada pelo juiz federal em abril de 2015 e o pedido de recuperação judicial foi aceito pelo juiz do Estado em agosto do mesmo ano. Já o leilão ocorreu no mês de novembro.

"É certo que os valores auferidos devem ser remetidos ao juízo da recuperação, a quem é atribuída a competência de sobre eles deliberar", afirma, em decisão monocrática, o ministro Luis Felipe Salomão.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) também se manifestou sobre o assunto. Um ano depois da decisão do ministro Salomão, a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial julgou um recurso da Fazenda Nacional e manteve o entendimento da primeira instância (processo nº 221 3574-19.2016.8.26.0000).

"Está em trâmite um procedimento concursal, não sendo viável propor a aplicação das regras gerais e atinentes à execução singular", afirma em seu voto o relator, desembargador Fortes Barbosa

Julio Mandel, sócio do escritório Mandel Advocacia, atuou para a empresa de São Paulo. Ele chama a atenção que a situação do Fisco é diferente da dos demais credores porque as dívidas tributárias não se sujeitam ao processo - que geralmente têm planos de pagamentos aprovados com prazo de carência, descontos e em parcelas.

"Para o credor comum, se o plano é aprovado e a dívida renovada, a execução se extingue", diz. O advogado comenta, no entanto, que o objetivo da Lei de Recuperação Judicial e Falências é o de "recuperar a empresa" e não "o crédito" e que se ela se mostrar viável, todas as partes, inclusive o Fisco, têm de fazer esforços. "Porque a empresa viva está pronta para pagar impostos, gerar emprego e riqueza", observa.

Há uma tendência de que bens essenciais para a empresa cumprir o seu plano só podem ser constrictos ou alienados com a autorização do juiz da recuperação judicial, afirma a advogada Laura Bumachar, sócia do escritório Dias Carneiro. Isso já acontece, por exemplo, com os pedidos de penhora que são feitos durante o processo: o juiz da execução fiscal encaminha para o da recuperação e este decide como fazer.

A advogada destaca que existem reiteradas decisões do STJ sobre esse assunto. "Porque, sendo bem essencial, pode inviabilizar a recuperação da empresa", diz. "Há novidade em relação à penhora anterior ao processamento da recuperação judicial, mas não me impressiona, já que está justamente dentro dessa tendência", acrescenta.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) foi procurada pelo **Valor**, mas não deu retorno até o fechamento da edição.

29/07/2019 - 05:00

Reforma tributária ganha fôlego, mas há o risco de frustração

Por

O debate sobre a reforma tributária ganhou corpo nas últimas semanas, após a aprovação em primeiro turno da proposta de emenda constitucional que muda as regras do sistema previdenciário. A despeito de ainda haver uma série de riscos no caminho da Previdência, é natural que, uma vez superada a fase mais difícil da tramitação dessa matéria, outros temas ganhem espaço. E a questão tributária, enredada em um modelo complexo e injusto, há anos clama por um processo de renovação, que insiste em fracassar ao longo das últimas décadas.

O ministério da Economia finaliza sua proposta a ser enviada no retorno do recesso do Congresso. A ideia em discussão é a de criação de um imposto sobre pagamentos e movimentação financeira, no estilo da antiga e extinta CPMF, que substituiria a contribuição sobre a folha de pagamentos das empresas e, eventualmente, a parte dos trabalhadores. Além disso, o PIS-Cofins e IPI seriam unificados no Imposto sobre Valor Adicional (IVA) federal.

Os parlamentares, por sua vez, se anteciparam e abriram a discussão. Duas propostas (uma na Câmara e outra no Senado) já tramitam. O principal mote é a criação de um IVA nacional (que envolve os tributos sobre consumo de bens e serviços da União, Estados e Municípios), chamado de IBS (Imposto sobre Operações de Bens e Serviços).

Secretários estaduais de Fazenda já se mobilizam pelo "IVA dual", que junta impostos federais de um lado e os estaduais, de outro. Novos projetos estão surgindo, como o do deputado e presidente do PSL (o partido do presidente da República), Luciano Bivar (PE), e a do Instituto Brasil 200, que trabalham em menor ou maior grau com ideias já discutidas no governo sobre a criação de um imposto nos moldes da CPMF como substituto de outros.

Nesse sentido, apesar de a área econômica estar construindo uma proposta, dentro do time de Paulo Guedes há entusiastas da tese mais ampla de imposto único sobre transações financeiras trazida pelo grupo Brasil 200. Ela é inspirada na proposta defendida há décadas pelo atual secretário especial da Receita, Marcos Cintra.

A leitura de algumas fontes oficiais é que um imposto desses reduziria drasticamente os custos de controle tributário para o governo e o de cumprimento da obrigação tributária pelas empresas. Uma medida tão vasta e sem evidência internacional empírica traz riscos maiores na calibragem de sua alíquota. Por isso, esse caminho está mais no campo da utopia e a equipe econômica pende para um movimento mais cauteloso.

É bom lembrar que o excesso de ambição, que desconsiderou o tamanho e a diversidade do Brasil, levou à morte todas as tentativas de reformas feitas nas últimas décadas. Foi prevalecendo o processo de ajustes contínuos no sistema, que muitas vezes levaram a aumento na sua complexidade, como ocorreu na legislação do PIS/Cofins.

A grande quantidade de ideias surgindo e ressurgindo no tema tributário, com participação efetiva do Congresso, aparentemente melhora as perspectivas de que algo acontecerá. Parece haver uma massa crítica em torno da visão de que, do jeito que está, não se pode continuar.

Ainda assim, a história recente mostra que é preciso cautela com as esperanças. Afinal, reforma tributária envolve muitos interesses diferentes, empresariais, federativos e fiscais. E não são raras as vezes em que as divergências são inconciliáveis.

A recessão de 2014 a 2016, seguida do crônico crescimento baixo, tem piorado as condições de competitividade do Brasil. Nesse sentido, reformar o sistema tributário se torna ainda mais importante para garantir melhores condições para um crescimento forte e sustentável no longo prazo.

Esse movimento deve considerar não só a necessidade de simplificação de regras e obrigações dos contribuintes, mas também a redução do custo do trabalho e regras mais consistentes de tributação sobre lucros e rendas, com impactos na competitividade da economia brasileira, que deve se tornar mais aberta, e na distribuição da renda.

É positiva, portanto, a ideia do governo de reduzir a tributação do Imposto de Renda das empresas (IRPJ), tal como fez Donald Trump para as companhias americanas, compensando a perda de receitas com a cobrança do IR na distribuição de dividendos. Essa medida pode estimular maior poupança e investimento das empresas e diminuiria a injustiça do sistema que permite que os mais ricos paguem menos impostos do que a classe média.